



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 142

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 142**

### **129ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 18

Indicações ..... 21

Requerimentos ..... 21

Projetos de Leis..... 25

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ademar Traiano..... 26

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 31

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 32

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni .....33

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....35

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni .....36

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi .....37

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....38

Discussão/Votação

Redação Final .....38

2ª Discussão .....39

1ª Discussão .....39

Requerimentos .....40

**Encerramento da Sessão .....42**

#### **Publicações Administrativas:**

Resumo de Pregão Eletrônico .....43

#### **Errata:**

Portaria nº 191/07 .....43

### **DIÁRIO Nº 142**

### **129ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**05 DE NOVEMBRO DE 2007**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Caíto Quintana e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral e Ge-raldo Cartário (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Francisco Bühner e Mamede (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 050/07

Curitiba, 24 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando ensejar condições legais para que a COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, possa implantar empreendimento habitacional de interesse social, sobretudo destinado aos moradores das áreas de ocupação irregular conhecidas como Vila dos Eucaliptos e Lote Alto dos Pinheirais ambas localizadas no município de Almirante Tamandaré. Isto porque, originalmente, a Lei nº 14233, de 26 de novembro de 2003 e o Decreto nº 3003, de 19 de maio de 2004, destinam as áreas matriculadas sob os números 4631, 4632, 12580, 12581, 12582, 12583, 12584, 12585, 12586, 12587, 12588 e 12589 (Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul/PR) e número 104 (Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Almirante Tamandaré/PR), à implantação de um parque público de lazer.

Muito embora, por equívoco, não ter constado da Lei Estadual nº 14233, a indicação da matrícula nº 12585, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul/PR, a mesma faz parte da área, o que se comprova através do Decreto 3003, o qual declarou de utilidade pública para fins de desapropriação a área denominada, em sua totalidade, como Haras Tamandaré. Equívoco que se pretende suprir, também, através da presente proposição.

Informa-se, ainda, que as áreas já se encontram em nome do estado do Paraná, agora matriculadas sob

nsº 9153, 9154, 9155, 9156, 9157, 9158, 9159, 9160, 9161, 9162, 9163 e 9164, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, oriundas das matrículas 4631, 4632, 12580, 12581, 12582, 12583, 12584, 12585, 12586, 12587, 12588 e 12589, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul. A matrícula nº 0104, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, permaneceu a mesma. Tais indicações constam do anexo anteprojeto de lei.

Ressalta-se a criação do parque público de lazer previsto na Lei nº 14233/03 não estará prejudicada pela presente alteração legislativa. Com efeito a área total dos imóveis desapropriados para a implantação do parque é de 220,193 hectares e a área que se pretende desmembrar para atender às famílias necessitadas é constituída por menos de 8 hectares (73.902,41 m2, pertencentes a um total de 124.422,52m2, do imóvel registrado sob a matrícula nº 12580, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul/PR, hoje matriculada sob nº 9155 no Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré).

A área para implantação do empreendimento habitacional foi escolhida de comum acordo pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de modo a assegurar a plena e integral observância de todos os requisitos técnicos e legais aplicáveis ao caso.

A partir do anexo memorial descritivo redigiu-se o presente anteprojeto de lei, o qual determina, ainda, que seja efetuado o desmembramento e a doação da referida área à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Também consta do anteprojeto de lei que a COHAPAR construirá as unidades habitacionais com recursos a serem repassados pelo IAP, nos termos de convênio a ser firmado entre ambos.

Torna-se necessário, pois, alterar a destinação dada àquelas áreas pela Lei Estadual nº 14233, de 26 de novembro de 2003.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **MEMORIAL DESCRITIVO ÁREA PARCIAL DO FUTURO PARQUE HÍPICO DOS LAGOS**

Local: Município de Almirante Tamandaré-PR

Área: 73.902,41m2

Meridiano Central: 51º

Sistema de Referência: SGR-67 (SAD-69)

Iniciando-se no ponto OPP, marco de concreto localizado às margens da R. Domingos Scucato definido pelas coordenadas E=672407.289, N=7199035.556; partindo do ponto OPP, com azimute de 332º12'44" na extensão de

60.07m, até encontrar o ponto 01 de coordenadas UTM: E=672379.284, N=7199088.700; seguindo do ponto 01, com azimute de 317°46'17" na extensão de 18.47m, até encontrar o ponto 02 de coordenadas UTM: E=672366.868, N=7199102.379; seguindo do ponto 02, com azimute de 321°03'03" na extensão de 39.40m, até encontrar o ponto 03 de coordenadas UTM: E=672342.101, N=7199133.018; seguindo do ponto 03, com azimute de 321°35'22" na extensão de 59.16m, até encontrar o ponto 04 de coordenadas UTM: E=672305.346, N=7199179.375; seguindo do ponto 04, com azimute de 314°48'32" na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 05 de coordenadas UTM: E=672268.598, N=7199215.878; seguindo do ponto 05, com azimute de 314°48'32" na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 06 de coordenadas UTM: E=672231.851, N=7199252.381, confrontando do ponto OPP ao ponto 06 com a R. Domingos Scucato; seguindo do ponto 06, com azimute de 246°46'42" na extensão de 145.13m, até encontrar o ponto 07 de coordenadas UTM: E=672098.475, N=7199195.156; seguindo do ponto 07, com azimute de 279°24'42" na extensão de 91.88m, até encontrar o ponto 08 de coordenadas UTM: E=672007.828, N=7199210.181; seguindo do ponto 08, com azimute de 279°33'45" na extensão de 123.30m, até encontrar o ponto 09 de coordenadas UTM: E=671886.243, N=7199230.664; seguindo do ponto 09, com azimute de 177°01'08" na extensão de 157.65m, até encontrar o ponto 10 de coordenadas UTM: E=671894.442, N=7199073.231; seguindo do ponto 10, com azimute de 94°02'24" na extensão de 150.52m, até encontrar o ponto 11 de coordenadas UTM: E=672044.591, N=7199062.627; seguindo do ponto 11, com azimute de 93°52'50" na extensão de 141.63m, até encontrar o ponto 12 de coordenadas UTM: E=672185.892, N=7199053.042; seguindo do ponto 12, com azimute de 99°46'39" na extensão de 81.21m, até encontrar o ponto 13 de coordenadas UTM: E=672265.924, N=7199039.251; seguindo do ponto 13, com azimute de 91°56'22" na extensão de 65.28m, até encontrar o ponto 14 de coordenadas UTM: E=672331.167, N=7199037.041; seguindo do ponto 14, com azimute de 91°07'03" na extensão de 76.14m, até encontrar o ponto OPP, descrito inicialmente, encerrando o perímetro, sem benfeitorias.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 1º da Lei Estadual nº 14233, de 26 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado um parque público de lazer no município de Almirante Tamandaré, constituído pelos imóveis de propriedade do estado do Paraná, matriculados sob os nºs 9153, 9154, 9155, 9156, 9157, 9158, 9159, 9160, 9161, 9162, 9163 e 9164, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, oriundas das matrículas

4631, 4632, 12580, 12581, 12582, 12583, 12584, 12585, 12586, 12587, 12588 e 12589, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul e sob o nº 0104, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, com exceção de uma área com 73.902,41m², pertencente ao imóvel com área total de 124.422,52m², registrado sob a matrícula nº 9155 (Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré), que será destinada à construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, especialmente aquelas que atualmente ocupam as áreas conhecidas como Vila dos Eucaliptos e Lote Alto dos Pinheirais, ambas localizadas na mesma região.

§ 1º A área destinada à construção de unidades habitacionais é assim individualizada: “Iniciando-se no ponto OPP, marco de concreto localizado às margens da R. Domingos Scucato definido pelas coordenadas E=672407.289, N=7199035.556; partindo do ponto OPP, com azimute de 332°12'44" na extensão de 60.07m, até encontrar o ponto 01 de coordenadas UTM: E=672379.284, N=7199088.700; seguindo do ponto 01, com azimute de 317°46'17" na extensão de 18.47m, até encontrar o ponto 02 de coordenadas UTM: E=672366.868, N=7199102.379; seguindo do ponto 02, com azimute de 321°03'03" na extensão de 39.40m, até encontrar o ponto 03 de coordenadas UTM: E=672342.101, N=7199133.018; seguindo do ponto 03, com azimute de 321°35'22" na extensão de 59.16m, até encontrar o ponto 04 de coordenadas UTM: E=672305.346, N=7199179.375; seguindo do ponto 04, com azimute de 314°48'32" na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 05 de coordenadas UTM: E=672268.598, N=7199215.878; seguindo do ponto 05, com azimute de 314°48'32" na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 06 de coordenadas UTM: E=672231.851, N=7199252.381, confrontando do ponto OPP ao ponto 06 com a R. Domingos Scucato; seguindo do ponto 06, com azimute de 246°46'42" na extensão de 145.13m, até encontrar o ponto 07 de coordenadas UTM: E=672098.475, N=7199195.156; seguindo do ponto 07, com azimute de 279°24'42" na extensão de 91.88m, até encontrar o ponto 08 de coordenadas UTM: E=672007.828, N=7199210.181; seguindo do ponto 08, com azimute de 279°33'45" na extensão de 123.30m, até encontrar o ponto 09 de coordenadas UTM: E=671886.243, N=7199230.664; seguindo do ponto 09, com azimute de 177°01'08" na extensão de 157.65m, até encontrar o ponto 10 de coordenadas UTM: E=671894.442, N=7199073.231; seguindo do ponto 10, com azimute de 94°02'24" na extensão de 150.52m, até encontrar o ponto 11 de coordenadas UTM: E=672044.591, N=7199062.627; seguindo do ponto 11, com azimute de 93°52'50" na extensão de 141.63m, até encontrar o ponto 12 de coordenadas UTM: E=672185.892, N=7199053.042; seguindo do ponto 12, com azimute de 99°46'39" na extensão de 81,21m, até encontrar o ponto 13 de coordenadas UTM:

E=672265.924, N=7199039.251; seguindo do ponto 13, com azimute de 91°56'22" na extensão de 65.28m, até encontrar o ponto 14 de coordenadas UTM: E=672331.167, N=7199037.041; seguindo do ponto 14, com azimute de 91°07'03" na extensão de 76.14m, até encontrar o ponto OPP, descrito inicialmente, encerrando o perímetro, sem benfeitorias".

§ 2º A área indicada no parágrafo anterior será desmembrada e doada à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

§ 3º A construção das unidades residenciais mencionadas no *caput* ficará sob a responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante recursos que lhe serão repassados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos de convênio a ser firmado entre ambos."

Art. 2º O artigo 3º, da Lei nº 14233/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O imóvel, com exceção da área destinada à construção de unidades habitacionais, ficará sob a administração e fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que deverá adotar as medidas cabíveis para sua efetiva implantação".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 2º, da Lei nº 14233/03 e demais disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

#### MENSAGEM Nº051/07

Curitiba, 24 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo, conforme especifica, sobre o Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

O Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens e Direitos - ITCMD, previsto no artigo 155, inciso I, da Constituição Federal, foi instituído no estado do Paraná pela Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988, que passou a vigorar em 1º de março de 1989.

Diante do presente cenário jurídico estadual, deflagramos a necessidade de adequar falhas e omissões da atual lei orgânica do ITCMD, visando, principalmente, a busca da justiça fiscal. Além disto, é imperiosa a agilização e transparência nos procedimentos relacionados à fiscalização e arrecadação deste imposto, bem como um melhor esclarecimento a respeito de situações fáticas que envolveriam a incidência ou não do tributo.

#### Análise dos dispositivos

Art. 1º O Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, previsto no artigo 155, inciso I, da Constituição Federal, incide sobre a transmissão pela via sucessória

legítima ou testamentária, inclusive a sucessão provisória, ou por doação:

I - da propriedade, da posse ou do domínio de quaisquer bens ou direitos;

II - de direitos reais sobre quaisquer bens, exceto os de garantia;

III - da cessão, da desistência e da renúncia translativa, por ato gratuito, de direitos relativos às transmissões referidas no *caput*.

§ 1º Nas transmissões *causa mortis* ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros ou legatários, ainda que os bens ou direitos sejam indivisíveis.

§ 2º Sujeitam-se à incidência do imposto:

a) a herança, ainda que gravada, e a doação com encargo;

b) os bens que, na divisão do patrimônio comum, na partilha ou na adjudicação, forem atribuídos a um dos cônjuges, a um dos conviventes, ou a qualquer herdeiro, acima de sua respectiva meação ou quinhão.

§ 3º A retratação do contrato de doação é considerada como nova doação.

§ 4º Para efeito desta lei equipara-se à doação qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou resolva transmissão de quaisquer bens ou direitos, tais como a renúncia translativa, a desistência e a cessão.

Art. 2º O imposto também incidirá sobre a transmissão:

I - de qualquer título ou direito representativo do patrimônio ou capital de sociedade e companhia, tais como ação, quota, quinhão, participação civil ou comercial, nacional ou estrangeira, bem como, direito societário, debênture, dividendo e crédito de qualquer natureza;

II - de dinheiro, jóias, haver monetário em moeda nacional ou estrangeira e título que o represente, depósitos bancários em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia;

III - de bem incorpóreo em geral, inclusive título e crédito que o represente, qualquer direito ou ação que tenha de ser exercido e direitos autorais;

IV - por doação de bens e direitos excluídos da comunhão, realizada entre cônjuges casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

§ 1º A transmissão de propriedade ou domínio útil de bem imóvel situado neste estado e de direito a ele relativo, sujeita-se ao imposto, ainda que:

a) o respectivo inventário ou arrolamento seja processado em outro estado, no distrito federal ou no exterior;

b) a escritura pública de inventário, de partilha amigável, de separação ou divórcio consensual seja lavrada em outra unidade federada;

c) no caso de doação, ou cessão, ainda que doador, donatário, cedente ou cessionário não tenham domicílio ou residência neste estado.

§ 2º Ficam sujeitos ao imposto de que trata esta lei os bens móveis e os direitos a eles relativos, inclusive os que se encontrem em outra unidade federada, no caso de:

a) o inventário ou arrolamento processar-se neste estado;

b) ser lavrada neste estado a escritura pública de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual;

c) o doador tiver domicílio neste estado.

§ 3º O imposto também é devido sempre que o doador residir ou tiver domicílio no exterior, ou, se o *de cujus* era residente ou teve seu inventário processado fora do país:

a) no caso de bens imóveis e direitos a eles relativos, quando os bens se encontrarem no território do estado;

b) no caso de bens móveis e direitos a eles relativos, quando os bens se encontrarem no exterior e o herdeiro, legatário ou donatário tiver domicílio neste estado;

c) no caso de bens incorpóreos, quando o ato de sua transferência ou liquidação ocorrer neste estado, ou quando ocorrer no exterior e o herdeiro, legatário ou donatário tiver domicílio neste estado.

§ 4º Na hipótese de doação que resulte excedente de meação ou quinhão, em que o total do patrimônio partilhável for composto de bens e direitos suscetíveis à tributação por mais de uma unidade da federação, compete a este estado o imposto:

a) relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, na proporção do valor desses em relação ao total do patrimônio partilhado;

b) relativamente aos bens móveis, se aqui tiver domicílio o doador, na proporção do total destes em relação ao total do patrimônio partilhado.

§ 5º Aplica-se o disposto no parágrafo 4º, também, aos casos de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual realizados mediante escritura pública.

Os artigos 1º e 2º tratam das hipóteses de incidência do imposto, esclarecendo as situações, em conformidade com o previsto na Constituição Federal, em especial, nas situações em que ocorrer excedente de meação ou quinhão, quando a totalidade dos bens a serem partilhados são suscetíveis de tributação por mais de uma unidade federada.

O parágrafo 4º do artigo 1º esclarece que a renúncia ao legado em favor de determinada pessoa (renúncia translativa) equipara-se a doação, para efeitos de exigibilidade do imposto, assim como qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou resolva transmissão de quaisquer bens ou direitos.

Art. 3º O imposto não incide:

I - sobre o ato de renúncia à herança ou legado, somente quando feito sem ressalva ou condição, por escritura pública ou por termo nos autos, em benefício do monte, configurando renúncia pura e simples, e desde

que o renunciante não tenha praticado qualquer ato que demonstre aceitação da herança ou do legado;

II - sobre a importância deixada ao testamenteiro, a título de prêmio ou remuneração, até o limite legal;

III - na doação de bens e direitos quando realizada na constância do casamento entre:

a) cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens;

b) cônjuges casados sob o regime da comunhão parcial de bens, exceto em relação ao patrimônio particular;

IV - no recebimento de capital estipulado de seguro de vida ou pecúlio por morte;

V - na extinção de usufruto ou de qualquer outro direito real, que resulte na consolidação da propriedade plena;

VI - sobre os frutos e rendimentos de bens ou de direitos do espólio havidos após o falecimento do autor da herança ou legado.

O artigo 3º pretende explicitar, com precisão, a não incidência do imposto na renúncia abdicativa. Também exclui a exigência do imposto na doação pura e simples de bens entre cônjuges casados no regime da comunhão universal e parcial de bens, para dirimir dúvidas quanto à exigibilidade do tributo, considerando a comunicação do patrimônio nos regimes de casamento mencionados e a impossibilidade jurídica da doação de bens entre cônjuges na constância do casamento no regime da comunhão total, ou sobre o patrimônio comum, no regime da comunhão parcial, em face da comunicabilidade plena de todos os bens de cada um dos cônjuges.

Pela ausência de jurisprudência ou decisão sobre o assunto em questão, entendemos necessário definir, de forma clara e precisa, a não incidência do imposto nos casos mencionados.

Como inovação, a nova lei determina a desoneração dos frutos e rendimentos dos bens ou direitos do espólio havidos após o falecimento do autor da herança ou legado, bem como a desoneração da extinção dos efeitos de um direito real, passando a exigir o recolhimento da totalidade do imposto no momento de sua instituição, com a finalidade de simplificar procedimentos, tanto para o fisco como para os contribuintes.

Art. 4º O imposto não incide, também, sobre a transmissão de bens e direitos:

a) incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica:

1. quando efetuada em pagamento de capital nela subscrito;

2. quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra;

b) sobre a transmissão, aos mesmos alienantes, na desincorporação de bens ou direitos do patrimônio de pessoa jurídica, quando adquiridos na forma do item 1 da alínea "a" deste artigo.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou

a cessão de direitos relativos a sua aquisição, considerada como tal quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorra das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo 1º, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida no parágrafo 1º, tornar-se-á devido o imposto, sobre o valor do bem ou direito considerado na data da aquisição.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Disciplina hipóteses de não incidência do imposto, em especial relativamente à incorporação e desincorporação de bens do patrimônio de pessoa jurídica:

Art. 5º É isenta do pagamento do imposto:

I - a transmissão *causa mortis*:

a) sobre parcela do total dos bens e direitos transmitidos até cinquenta mil reais;

b) de objetos de uso doméstico, tais como aparelhos, móveis, utensílios e vestuário, exclusive jóias;

II - a doação:

a) no caso de excesso de meação, cujo valor não ultrapasse vinte e cinco mil reais;

b) de imóvel com o objetivo de implantar o programa da reforma agrária instituído pelo Governo;

c) de imóvel destinado à construção de moradia vinculada a programa de habitação popular ou para instalação de projeto industrial;

d) de objetos de uso doméstico, tais como aparelhos, móveis, utensílios e vestuário, exclusive jóias.

§ 1º Nas hipóteses previstas nas alíneas “a” dos incisos I e II, o imposto será calculado apenas sobre a parcela dos bens e direitos transmitidos que exceder os limites ali fixado.

§ 2º Ao limite de isenção previsto na alínea “a” do inciso I será acrescida a importância de vinte e cinco mil reais, por herdeiro, legatário ou beneficiário, na existência de mais de dois contribuintes.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual realizados mediante escritura pública.

Art. 6º Não se aplica a isenção prevista na alínea “a” dos incisos I e II do artigo 5º nas sobrepartilhas, nos alvarás judiciais expedidos desvinculados de processos judiciais, nas precatórias e nas rogatórias.

O artigo 5º determina uma faixa de isenção do imposto, estabelecendo um limite de valores nas transmissões *causa mortis* e nas situações de excesso de mea-

ção, além das hipóteses já contempladas na legislação do imposto.

A fixação desta faixa de isenção visa favorecer, principalmente, as situações que envolvam a transmissão de bens de pequeno valor, desburocratizando procedimentos hoje aplicados, e permitindo que os trabalhos fiscais sejam melhor direcionados.

Destaque-se que a legislação atualmente em vigor prevê a isenção do imposto na transmissão *causa mortis* de imóvel único, desde que o herdeiro nele resida, não sendo este um critério adequado, pelo fato de autorizar a liberação do imposto independentemente do valor do bem ou direito transmitido, além de não permitir a certeza do cumprimento das exigências dispostas na lei.

A proposição que se apresenta pretende, fixar um limite de isenção por beneficiário, ou seja, até cinquenta mil reais do monte mór para até dois herdeiros ou legatários, acrescido este limite de vinte e cinco mil reais por beneficiário. Desta forma, a isenção é diretamente direcionada a cada herdeiro ou legatário, beneficiando-os na mesma medida.

O limite da isenção sobre a meação já leva em consideração o direito do donatário sobre a metade dos bens partilhados.

O artigo 6º delimita as hipóteses de isenção do imposto, determinando que este benefício não será aplicado em relação aos bens desvinculados dos processos judiciais, para evitar fraudes e procedimentos irregulares.

Art. 7º Ocorre o fato gerador do imposto:

I - na transmissão “*causa mortis*”, na data da:

a) abertura da sucessão legítima ou testamentária, mesmo no caso de sucessão provisória;

b) substituição de fideicomisso;

c) ocorrência do fato jurídico ou da formalização do ato jurídico, nos casos não previstos nos incisos anteriores;

II - na transmissão por doação, na data:

a) da instituição de usufruto convencional ou de qualquer outro direito real;

b) da lavratura do contrato de doação, ainda que a título de adiantamento da legítima;

c) da renúncia à herança ou ao legado em favor de pessoa determinada;

d) da lavratura da escritura pública, ou da homologação da partilha ou adjudicação, decorrente de inventário, arrolamento, separação, divórcio ou dissolução de união estável, em relação ao excesso de meação ou quinhão que beneficiar uma das partes;

e) do arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis, na hipótese de:

1. transmissão de quotas de participação em empresas ou do patrimônio de empresário individual;

2. desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica, exceto se o bem retornar para seu antigo proprietário;

3. desincorporação da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica;

f) da formalização do ato ou negócio jurídico, nos casos não previstos nos incisos anteriores.

O artigo 7º relaciona as hipóteses de incidência do fato gerador do imposto.

Art. 8º O contribuinte do imposto é:

I - o herdeiro ou legatário, nas transmissões *causa mortis*;

II - o donatário, nas transmissões por doação;

III - o cessionário, na cessão a título gratuito;

IV - o beneficiário, na desistência de quinhão ou de direitos, por herdeiro ou legatário;

V - o fiduciário, na instituição do fideicomisso;

VI - o fideicomissário, na substituição do fideicomisso;

VII - o beneficiário de direito real, quando de sua instituição.

§ 1º Havendo mais de um contribuinte, todos são solidários pela totalidade do imposto devido.

§ 2º Considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 1º, o imposto *causa mortis*, poderá ser exigido individualmente de cada herdeiro ou legatário, pela totalidade dos bens ou direitos que receber, desde que seja possível determinar perfeitamente os bens ou direitos que lhe couberam após a partilha do montemor.

§ 3º Não se aplica o disposto no parágrafo 1º na hipótese de parte ideal mantida em condomínio pelos beneficiários da herança.

O artigo 8º relaciona as pessoas consideradas contribuintes do imposto, nas variadas situações.

Art. 9º São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

I - os notários, os tabeliães, os escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

II - o Registro Público de Empresas Mercantis ou o Cartório de Títulos e Documentos, por meio de seus representantes legais, pelo registro de cessão não onerosa de quotas societárias mediante alteração contratual, bem como pela averbação de transferência não onerosa de ações de empresa constituída na forma de sociedade anônima;

III - a empresa, as instituições financeiras e bancárias, e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique transmissão de bens móveis ou imóveis e respectivos direitos e ações;

IV - o doador e o cedente dos bens ou dos direitos;

V - qualquer pessoa física ou jurídica que detenha a posse dos bens transmitidos na forma desta lei;

VI - os pais, pelo imposto devido pelos filhos menores;

VII - os tutores e curadores, pelo imposto devido pelos seus tutelados ou curatelados;

VIII - os administradores dos bens de terceiros, pelo imposto devido por estes;

IX - o inventariante ou o testamentário, pelo imposto devido sobre os bens e direitos transmitidos.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto, devidamente cancelado pelo fisco, deverá ser comprovado antes da prática dos registros, averbações e demais atos mencionados nos incisos I a III deste artigo.

O artigo 9º determina a responsabilidade solidária pelo tributo às pessoas neles arroladas, relativamente aos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis. Desta forma, são solidários pelo tributo devido:

a) o titular do registro de imóveis, pelo registro improcedente e indevido, sempre que ocorrer o fato jurídico tributário de competência estadual, com atenção especial às situações de instituição, renúncia e extinção de usufruto, e aos processos judiciais de separação e divórcio. Estes tributos, temos conhecimento, não vêm sendo observados com a presteza e o cuidado necessários para coibir a evasão fiscal, além da eventual situação de guias frias;

b) o escrivão da vara pela qual tramite o processo judicial, pela omissão na remessa dos processos de inventário, arrolamento, carta de adjudicação, precatórias, rogatórias, alvarás judiciais e processos de separação judicial e divórcio, à repartição fazendária estadual, para que se possam compilar as situações de incidência do imposto;

c) o titular do cartório em que sejam lavradas procurações em causa própria, e escrituras públicas de doação de bens imóveis ou móveis, sem o recolhimento do imposto;

d) a pessoa jurídica sobre a qual houver sido efetuada a transmissão, a título gratuito, das quotas societárias, através de alteração contratual, pois, apesar de não ter relação direta com esta doação, a empresa é vinculada ao fato gerador do imposto, conforme dispõe o artigo 128 do Código Tributário Nacional;

e) as instituições financeiras e bancárias, pelo registro ou prática de ato que implique na transmissão gratuita de bem móvel ou imóvel e respectivos direitos e ações;

f) o Presidente da Junta Comercial do Paraná, e os demais serventuários de ofício responsáveis, que efetivarem o registro da cessão a título gratuito das quotas societárias, mediante o protocolo de alteração contratual da empresa, sem comunicar à Receita Estadual e sem o recolhimento do tributo.

Destaque-se que a responsabilização destas pessoas não é fato novo, já estando disposta na Lei nº 8927/88 e no Código Tributário Nacional.

Art. 10. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens e direitos ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, considerado na data da avaliação.

ção, que será declarado pelo contribuinte e verificado pela Fazenda Pública.

Parágrafo Único. A base de cálculo terá seu valor revisto ou atualizado sempre que a Fazenda Pública constatar alteração de valor dos bens e direitos transmitidos, ou vício na avaliação anteriormente realizada.

Art. 11. A base de cálculo do imposto será:

I - no caso de ações representativas do capital de sociedades e outros bens e direitos negociados em Bolsa de Valores, determinada segundo a sua cotação média alcançada na Bolsa na data da transmissão ou na imediatamente anterior, quando não houver pregão ou a mesma não tiver sido negociada naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 dias;

II - no caso de ação, quota, participação ou qualquer título representativo do capital de sociedade não for objeto de negociação, bem como na falta da cotação referida no inciso anterior, tomada a partir do valor do respectivo patrimônio líquido, considerado na data da transmissão.

§ 1º O valor patrimonial da ação, quota, participação ou título representativo do capital da sociedade será obtido do balanço patrimonial e da respectiva declaração do imposto de renda da pessoa jurídica entregue à Secretaria da Receita Federal, relativos ao período de apuração mais próximo da data da transmissão, facultado ao fisco efetuar o levantamento de bens, direitos e obrigações, quando entender pelo arbitramento.

§ 2º Na hipótese em que o capital da sociedade a que se refere o inciso II tenha sido integralizado, em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens imóveis ou direitos.

O artigo 11 determina a base de cálculo nas transmissões de bem móvel ou direitos a ele relativos, em especial, no caso das ações representativas do capital de sociedades e de outros bens e direitos negociados na Bolsa, ou no caso de ação, quota, participação ou qualquer título representativo do capital social de empresa.

Art. 12. A base de cálculo do imposto, na hipótese de excedente de meação ou quinhão em que o patrimônio partilhado for composto de bens e direitos situados nesta e em outras unidades da Federação, será o valor obtido a partir da multiplicação do valor do excedente de meação ou quinhão pelo percentual tributável relativo ao estado do Paraná, em que:

I - o valor do excedente de meação ou quinhão é o valor atribuído ao cônjuge, companheiro ou herdeiro acima da respectiva meação ou quinhão;

II - o percentual tributável relativo ao Estado do Paraná será o resultado da divisão do somatório dos valores totais dos bens imóveis situados neste Estado e dos bens móveis, no caso de o doador for domiciliado neste estado, pelo valor total do patrimônio partilhado.

Considerando a competência territorial do ITCMD, não poderão ser desconsiderados, para efeitos de determinação de excesso de meação ou de quinhão, os bens imóveis localizados em outra unidade federada, assim como o direito da unidade federada onde reside o doador de bem móvel ao produto da arrecadação do imposto incidente sobre a transmissão deste bem quando doado.

Desta forma, o imposto a ser recolhido pelo contribuinte, no caso de excesso de quinhão ou meação é calculado da seguinte maneira:

a) em relação ao bem imóvel, uma vez que o imposto é devido à unidade federada onde este estiver localizado, o imposto será partilhado considerando a proporcionalidade entre o valor do imóvel localizado em cada unidade federada envolvida sobre o total dos bens partilhados;

b) em relação ao bem móvel, uma vez que o imposto é devido à unidade federada onde reside o doador, o imposto será devido para aquela unidade federada, na proporção do valor do bem móvel sobre o total do patrimônio partilhado.

Art. 13. Nas doações com reserva do usufruto ou na sua instituição gratuita a favor de terceiros, na instituição do direito de uso ou habitação, ou de qualquer outro direito real, a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem.

Parágrafo Único. Quando houver pluralidade de usufrutuários e proprietários, o valor do imposto será proporcional a parte conferida a cada usufrutuário ou proprietário.

Art. 14. Na doação de bens e direitos excluídos da comunhão, entre cônjuges casados no regime da comunhão parcial de bens, a base de cálculo será de cinquenta por cento do valor dos bens e direitos transmitidos.

O artigo 14 determina a base de cálculo na doação, de bens e direitos excluídos da comunhão, entre cônjuges casados no regime da comunhão parcial de bens.

Art. 15. O imposto é calculado mediante a aplicação dos seguintes percentuais sobre a base de cálculo determinada:

I - nas transmissões *causa mortis* e por doação

a) um por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos até cem mil reais;

b) dois por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a cem mil reais e seja igual ou inferior a duzentos mil reais;

c) três por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a duzentos mil reais e seja igual ou inferior a trezentos mil reais;

d) quatro por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a trezentos mil reais e seja igual ou inferior a quatrocentos mil reais;

e) cinco por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a quatrocentos mil reais e seja igual ou inferior a seiscentos mil reais;

e) seis por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a seiscentos mil reais;

II - na instituição de direitos reais, quatro por cento.

Parágrafo Único. O imposto a ser recolhido resultará da adição dos valores apurados na forma deste artigo, sem prejuízo da isenção de que trata o artigo 5º.

O artigo 15 pretende buscar a progressividade do imposto nas transmissões *causa mortis* e por doação, para melhor realização de uma justiça fiscal, e em atendimento ao princípio constitucional da capacidade contributiva. Assim, após considerada a faixa de isenção, tributa-se com menor carga as transmissões de menor valor, partindo-se de uma alíquota de um por cento, até uma alíquota máxima de seis por cento. Importante ressaltar que a Resolução nº 09/92 do Senado Federal fixou em oito por cento a alíquota máxima do ITCMD.

Na instituição de direitos reais não se alterou a alíquota anteriormente aplicada.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará a época, o prazo e a forma de pagamento do imposto, ressalvados os casos especificamente disciplinados nos artigos seguintes deste capítulo.

Art. 17. O pagamento do imposto, nas transmissões por ato “inter vivos”, realizar-se-á:

I - nas transmissões por escritura pública, ou procuração em causa própria, antes de lavrado o respectivo instrumento;

II - nas transmissões por instrumento particular, mediante a apresentação deste à repartição fiscal, dentro de trinta dias;

III - nas alterações contratuais de pessoa jurídica, antes do respectivo registro do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Cartório de Títulos e Documentos;

IV - nas aquisições por escrituras ou instrumento particular lavrados fora do estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, no prazo de sessenta dias do ato ou contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Fazenda Pública para cálculo do imposto;

V - nas aquisições de terras devolutas, ou direitos a elas relativos, no prazo de sessenta dias após assinado o respectivo título, que será apresentado à Fazenda Pública para cálculo do imposto;

VI - na incorporação de bens ao patrimônio de empresa, até trinta dias, da celebração do ato ou contrato, observado o disposto nos artigos 4º e 7º;

VII - nas transmissões não documentadas, no momento da tradição.

O artigo 17 fixa prazos para o pagamento do imposto, permitindo à Fazenda Pública verificar, antes da

lavratura de uma escritura de registro de imóvel, ou do registro de alteração contratual no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Cartório de Títulos e Documentos, o pagamento de todos os tributos incidentes sobre esta transmissão a título gratuito e, em especial, relativos à doação de bens, e comprovar se estes, efetivamente, tiveram sua entrada nos cofres públicos.

Art. 18. Nas transmissões *causa mortis*, o pagamento do imposto realizar-se-á no prazo de sessenta dias contados da data da expedição do auto de partilha nos autos do inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. Nas transmissões *causa mortis* realizadas por escritura pública, o imposto deverá ser recolhido antes de lavrado o respectivo instrumento.

O artigo 18 dilatou o prazo de recolhimento do imposto devido nas transmissões *causa mortis*, para uniformizar procedimentos, nos casos de processos judiciais, passando a fixar como data para pagamento a da expedição do auto de partilha nos autos do inventário ou arrolamento.

Art. 19. Quando o imposto não for pago integralmente nos prazos previstos na legislação, inclusive no caso de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º A CRE divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput*.

Art. 20. Para os casos em que se exigir atualização monetária, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º A CRE divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 2º Para determinação do valor da multa a ser exigida em auto de infração, os valores originais correspondentes a sua base de cálculo deverão ser atualizados a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto.

Os artigos 19 e 20 mantêm os mesmos critérios aplicados ao ICMS na cobrança dos juros de mora e atualização monetária, quando for o caso, no sentido de uniformizar a legislação estadual.

Art. 21. O crédito tributário poderá ser parcelado, na forma de regulamentação específica.

§ 1º O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 3º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 4º Rescindido o parcelamento, o crédito tributário remanescente será inscrito em dívida ativa.

§ 5º Da inscrição em dívida ativa mencionada no parágrafo 4º, o contribuinte será notificado mediante publicação de edital no Diário Oficial do estado.

§ 6º O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior.

O artigo 21 prevê a possibilidade do parcelamento de créditos tributários relativos ao ITCMD, remetendo a posterior regulamentação, determinando que, caso rescindido o parcelamento, o crédito tributário remanescente será inscrito automaticamente em dívida ativa, independentemente da lavratura de auto de infração e abertura de procedimento contraditório, sendo o contribuinte notificado e, após o decurso do prazo regulamentar, no caso de não pagamento do débito fiscal, a certidão de dívida ativa será encaminhada para propositura da respectiva ação executiva, independentemente de nova intimação.

Art. 22. As quantias indevidamente recolhidas ao estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, cuja decisão poderá ser delegada.

Art. 23. No caso de aparecimento do ausente, fica assegurada a restituição do imposto recolhido pela sucessão provisória.

Os artigos 22 e 23 prevêem a possibilidade da restituição das quantias indevidamente recolhidas, inclusive na hipótese da sucessão provisória, no caso do reaparecimento do ausente.

Art. 24. Quando não recolhido nos prazos previstos na legislação tributária e antes de qualquer medida fiscal, o débito do imposto fica sujeito à multa de vinte por cento do valor do imposto não pago.

Parágrafo Único. A multa prevista no *caput* será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

O artigo 24 trata da multa de mora imposta ao contribuinte que deixar de pagar o imposto no prazo e forma previstos na legislação, concedendo um percentual de redução diária.

Art. 25. Apurada qualquer infração à legislação do imposto, será lavrado auto de infração, observando, no que couber, o rito do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória previsto na lei orgânica do

imposto de que trata o artigo 155, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 26. Os infratores à legislação do imposto estão sujeitos às seguintes penalidades, a serem lançadas em procedimento de ofício:

I - quarenta por cento do imposto devido ao contribuinte ou responsável que não recolher o imposto na forma e prazo previstos na legislação;

II - cem por cento sobre o valor do imposto oculto à tributação, no caso de sonegação de bens, direitos e valores, observando-se como termo de início de cálculo dos juros de mora a data do vencimento do imposto relativo ao processo no qual os bens, direitos ou valores deixaram de ser apresentados;

III - cem por cento sobre o valor do imposto, no caso de dolo, simulação ou fraude;

IV - quatro Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;

b) descumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação.

Parágrafo Único. A multa prevista no inciso I deste artigo será reduzida:

a) em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas, até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

b) cinquenta por cento quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

Os artigos 25 e 26 tratam do lançamento de ofício do ITCMD, mediante a lavratura de auto de infração, com a aplicação de penalidades específicas.

Necessário destacar a previsão de uma penalidade significativa nos casos de dolo, fraude ou simulação, a qual visa, entre outras condutas, inibir a confecção de guias frias, visto que estas se tornaram uma realidade, pela facilidade da falsificação da autenticação bancária, sem qualquer verificação *a posteriori* de um órgão responsável, e a redução das multas, no caso do pagamento do imposto e demais quantias exigidas antes do decurso de trinta dias da ciência do auto de infração ou do parcelamento destas quantias.

Art. 27. Os contribuintes ou não, responsáveis previstos nesta lei, bem como as pessoas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicialmente, pratiquem, ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto, estão sujeitos à fiscalização, e não poderão escusar-se de exibir, ao fisco estadual, livros, cofres, arquivos magnéticos e eletrônicos e demais documentos requisitados.

Art. 28. O serventário da Justiça deverá disponibilizar ao fisco o exame, em cartório, dos livros, autos e

papéis que interessem à arrecadação e fiscalização do imposto (artigo 197 do Código Tributário Nacional).

Parágrafo Único. Os Cartórios de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, o Cartório de Registro Civil e o Cartório de Registro Público de Empresas Mercantis deverão encaminhar, na forma e no prazo indicados pelo fisco, relação completa das averbações efetuadas, relativas à transmissão não onerosa ou sem valor comercial, da propriedade de bens e direitos.

Art. 29. A carta precatória oriunda de outra unidade federada e a carta rogatória, para avaliação de bem, título e crédito alcançados pela incidência do imposto, não podem ser devolvidas ao juízo deprecante ou rogante, sem o pronunciamento da Fazenda Pública.

Art. 30. A Fazenda Pública e seus auditores fiscais terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores da Administração Pública (inciso XVIII do artigo 37 da Constituição Federal).

Art. 31. Compete à Procuradoria Geral do Estado por meio de seus procuradores, ouvida a Fazenda Pública, a manifestação em quaisquer processos judiciais, acerca do disposto nesta lei.

Os artigos 27 a 31 estabelecem normas e critérios necessários para a arrecadação e fiscalização do imposto, com base em determinações constitucionais e do Código Tributário Nacional, destacando a prevalência dos interesses da arrecadação tributária em face dos demais setores da Administração Pública.

Art. 32. A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo ou da penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Art. 33. Constitui obrigação acessória, qualquer situação que, na forma da legislação do ITCMD, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis previstos nesta lei, estão obrigados ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias estabelecidas na legislação.

§ 2º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

Os artigos 32 e 33 referem-se às obrigações tributárias principal e acessórias ao cumprimento destas pelos contribuintes ou responsáveis pelo imposto.

Art. 34. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

a) resolver os casos omissos;

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder consultas sobre o imposto de que trata esta lei, na forma a ser regulamentada.

O artigo 34 prevê que caberá à Secretaria da Fazenda a resolução dos casos omissos e a manutenção de um setor consultivo, que ficará encarregado de esclarecer as dúvidas apresentadas pelos contribuintes do imposto.

Art. 35. Na hipótese da extinção do usufruto ou de qualquer outro direito real, quando sua instituição foi tributada com base no disposto no artigo 14 da Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988, o imposto deverá ser recolhido considerando como base de cálculo a metade do valor total atualizado do bem.

O artigo 35 estabelece disposição transitória, para determinar a cobrança do imposto nas situações de extinção de usufruto ou de outro direito real, quando no momento de sua instituição foi cobrando o imposto somente sobre a metade do valor do bem, considerando que, com a nova lei, as transmissões de direitos reais passarão a ser tributadas somente quando de sua instituição.

Art. 36. As disposições desta lei pertinentes ao regime da comunhão parcial de bens aplicam-se à união estável.

O artigo 36 estende à união estável as disposições da lei pertinentes ao regime da comunhão parcial de bens.

Art. 37. Fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a firmar convênios com as Fazendas Públicas da União, das demais unidades federadas e dos municípios, com a finalidade de troca de informações fiscais (artigo 199 do Código Tributário Nacional).

O artigo 37 autoriza a Secretaria da Fazenda a firmar convênios com as Fazendas Públicas de outros entes federados, com a finalidade de troca de informações de mútuo interesse, na fiscalização e arrecadação do imposto.

Art. 38. A isenção de que trata o artigo 5º produzirá efeitos imediatos em relação aos pagamentos pendentes relativos a fatos geradores ocorridos na vigência da Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto em seu artigo 4º.

Art. 39. Ficam dispensados os créditos tributários relativos ao ITCMD, lançados ou não até 31 de dezembro de 2007, inscritos ou não em dívida ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a cinco mil reais.

§ 1º Fica a Coordenação da Receita do Estado autorizada a cancelar os créditos tributários dispensados na forma deste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Os artigos 38 e 39 trazem regras de transição, determinando a aplicação da isenção prevista no artigo 5º

também aos pagamentos pendentes relativos a fatos geradores ocorridos na vigência da Lei nº 8927/88, sem prejuízo da isenção nela prevista, e a dispensa dos créditos tributários, lançados ou não até 31 de dezembro de 2007, inscritos ou não em dívida ativa, concedendo a isenção e a anistia dos créditos de ITCMD, *causa mortis* e doação, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a cinco mil reais.

Art. 40. A presente lei será regulamentada no prazo de sessenta dias por resolução do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 41. Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988.

Os artigos 40 e 41 trazem as disposições finais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

### Capítulo I Da Incidência

Art. 1º O Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, previsto no artigo 155, inciso I, da Constituição Federal, incide sobre a transmissão pela via sucessória legítima ou testamentária, inclusive a sucessão provisória, ou por doação:

I - da propriedade, da posse ou do domínio, de quaisquer bens ou direitos;

II - de direitos reais sobre quaisquer bens, exceto os de garantia;

III - da cessão, da desistência e da renúncia translativa, por ato gratuito, de direitos relativos às transmissões referidas no *caput*.

§ 1º Nas transmissões *causa mortis* ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários, ainda que os bens ou direitos sejam indivisíveis.

§ 2º Sujeitam-se à incidência do imposto:

a) a herança, ainda que gravada, e a doação com encargo;

b) os bens que, na divisão do patrimônio comum, na partilha ou na adjudicação, forem atribuídos a um dos cônjuges, a um dos conviventes, ou a qualquer herdeiro, acima de sua respectiva meação ou quinhão.

§3º A retratação do contrato de doação é considerada como nova doação.

§4º Para efeito desta lei equipara-se à doação qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou resolva transmissão de quaisquer bens ou direitos, tais como a renúncia translativa, a desistência e a cessão.

Art. 2º O imposto também incidirá sobre a transmissão:

I - de qualquer título ou direito representativo do patrimônio ou capital de sociedade e companhia, tais como ação, quota, quinhão, participação civil ou comercial, nacional ou estrangeira, bem como, direito societário, debênture, dividendo e crédito de qualquer natureza;

II - de dinheiro, jóias, haver monetário em moeda nacional ou estrangeira e título que o represente, depósitos bancários em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia;

III - de bem incorpóreo em geral, inclusive título e crédito que o represente, qualquer direito ou ação que tenha de ser exercido e direitos autorais;

IV - por doação de bens e direitos excluídos da comunhão, realizada entre cônjuges casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

§ 1º A transmissão de propriedade ou domínio útil de bem imóvel situado neste estado e de direito a ele relativo, sujeita-se ao imposto, ainda que:

a) o respectivo inventário ou arrolamento seja processado em outro estado, no distrito federal ou no exterior;

b) a escritura pública de inventário, de partilha amigável, de separação ou divórcio consensual seja lavrada em outra unidade federada;

c) no caso de doação, ou cessão, ainda que doador, donatário, cedente ou cessionário não tenham domicílio ou residência neste estado.

§ 2º Ficam sujeitos ao imposto de que trata esta lei os bens móveis e os direitos a eles relativos, inclusive os que se encontrem em outra unidade federada, no caso de:

a) o inventário ou arrolamento processar-se neste estado;

b) ser lavrada neste Estado a escritura pública de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual;

c) o doador tiver domicílio neste estado.

§ 3º O imposto também é devido sempre que o doador residir ou tiver domicílio no exterior, ou, se o *de cujus* era residente ou teve seu inventário processado fora do país:

a) no caso de bens imóveis e direitos a eles relativos, quando os bens se encontrarem no território do estado;

b) no caso de bens móveis e direitos a eles relativos, quando os bens se encontrarem no exterior e o herdeiro, legatário ou donatário tiver domicílio neste estado;

c) no caso de bens incorpóreos, quando o ato de sua transferência ou liquidação ocorrer neste estado, ou quando ocorrer no exterior e o herdeiro, legatário ou donatário tiver domicílio neste estado.

§ 4º Na hipótese de doação que resulte excedente de meação ou quinhão, em que o total do patrimônio partilhável for composto de bens e direitos suscetíveis à tributação por mais de uma unidade da federação, compete a este estado o imposto:

a) relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, na proporção do valor desses em relação ao total do patrimônio partilhado;

b) relativamente aos bens móveis, se aqui tiver domicílio o doador, na proporção do total destes em relação ao total do patrimônio partilhado.

§ 5º Aplica-se o disposto no parágrafo 4º, também, aos casos de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual realizados mediante escritura pública.

Art. 3º O imposto não incide:

I - sobre o ato de renúncia à herança ou legado, somente quando feito sem ressalva ou condição, por escritura pública ou por termo nos autos, em benefício do monte, configurando renúncia pura e simples, e desde que o renunciante não tenha praticado qualquer ato que demonstre aceitação da herança ou do legado;

II - sobre a importância deixada ao testamenteiro, a título de prêmio ou remuneração, até o limite legal;

III - na doação de bens e direitos quando realizada na constância do casamento entre:

a) cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens;

b) cônjuges casados sob o regime da comunhão parcial de bens, exceto em relação ao patrimônio particular;

IV - no recebimento de capital estipulado de seguro de vida ou pecúlio por morte;

V - na extinção de usufruto ou de qualquer outro direito real, que resulte na consolidação da propriedade plena;

VI - sobre os frutos e rendimentos de bens ou de direitos do espólio havidos após o falecimento do autor da herança ou legado.

Art. 4º O imposto não incide, também, sobre a transmissão de bens e direitos:

a) incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica:

1. quando efetuada em pagamento de capital nela subscrito;

2. quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra;

b) sobre a transmissão, aos mesmos alienantes, na desincorporação de bens ou direitos do patrimônio de pessoa jurídica, quando adquiridos na forma do item 1 da alínea “a” deste artigo.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade prepon-

derante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos a sua aquisição, considerada como tal quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorra das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo 1º, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida no parágrafo 1º, tornar-se-á devido o imposto, sobre o valor do bem ou direito considerado na data da aquisição.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

## Capítulo II

### Da Isenção

Art. 5º É isenta do pagamento do imposto:

I - a transmissão *causa mortis*:

a) sobre parcela do total dos bens e direitos transmitidos até cinquenta mil reais;

b) de objetos de uso doméstico, tais como aparelhos, móveis, utensílios e vestuário, exclusive jóias;

II - a doação:

a) no caso de excesso de meação, cujo valor não ultrapasse vinte e cinco mil reais;

b) de imóvel com o objetivo de implantar o programa da reforma agrária instituído pelo governo;

c) de imóvel destinado à construção de moradia vinculada a programa de habitação popular ou para instalação de projeto industrial;

d) de objetos de uso doméstico, tais como aparelhos, móveis, utensílios e vestuário, exclusive jóias.

§ 1º Nas hipóteses previstas nas alíneas “a” dos incisos I e II, o imposto será calculado apenas sobre a parcela dos bens e direitos transmitidos que exceder os limites ali fixado.

§ 2º Ao limite de isenção previsto na alínea “a” do inciso I será acrescida a importância de vinte e cinco mil reais, por herdeiro, legatário ou beneficiário, na existência de mais de dois contribuintes.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos de inventário, de partilha amigável, de separação ou de divórcio consensual realizados mediante escritura pública.

Art. 6º Não se aplica a isenção prevista na alínea “a” dos incisos I e II do artigo 5º nas sobrepilhas, nos alvarás judiciais expedidos desvinculados de processos judiciais, nas precatórias e nas rogatórias.

## Capítulo III

### Do Fato Gerador

Art. 7º Ocorre o fato gerador do imposto:

I - na transmissão *causa mortis*, na data da:

- a) abertura da sucessão legítima ou testamentária, mesmo no caso de sucessão provisória;
- b) substituição de fideicomisso;
- c) ocorrência do fato jurídico ou da formalização do ato jurídico, nos casos não previstos nos incisos anteriores;

II - na transmissão por doação, na data:

- a) da instituição de usufruto convencional ou de qualquer outro direito real;
- b) da lavratura do contrato de doação, ainda que a título de adiantamento da legítima;

- c) da renúncia à herança ou ao legado em favor de pessoa determinada;

- d) da lavratura da escritura pública, ou da homologação da partilha ou adjudicação, decorrente de inventário, arrolamento, separação, divórcio ou dissolução de união estável, em relação ao excesso de meação ou quinhão que beneficiar uma das partes;

- e) do arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis, na hipótese de:

1. transmissão de quotas de participação em empresas ou do patrimônio de empresário individual;

2. desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica, exceto se o bem retornar para seu antigo proprietário;

3. desincorporação da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica;

- f) da formalização do ato ou negócio jurídico, nos casos não previstos nos incisos anteriores.

## Capítulo IV

### Dos Contribuintes e Responsáveis

Art. 8º O contribuinte do imposto é:

I - o herdeiro ou legatário, nas transmissões *causa mortis*;

II - o donatário, nas transmissões por doação;

III - o cessionário, na cessão a título gratuito;

IV - o beneficiário, na desistência de quinhão ou de direitos, por herdeiro ou legatário;

V - o fiduciário, na instituição do fideicomisso;

VI - o fideicomissário, na substituição do fideicomisso;

VII - o beneficiário de direito real, quando de sua instituição.

§ 1º Havendo mais de um contribuinte, todos são solidários pela totalidade do imposto devido.

§ 2º Considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 1º, o imposto *causa mortis*, poderá ser exigido individualmente de cada herdeiro ou legatário, pela totalidade dos bens ou direitos que receber, desde que seja possível determinar perfeitamente os bens ou direitos que lhe couberam após a partilha do monte-mor.

§ 3º Não se aplica o disposto no parágrafo 1º na hipótese de parte ideal mantida em condomínio pelos beneficiários da herança.

Art. 9º São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

I - os notários, os tabeliães, os escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

II - o Registro Público de Empresas Mercantis ou o Cartório de Títulos e Documentos, por meio de seus representantes legais, pelo registro de cessão não onerosa de quotas societárias mediante alteração contratual, bem como pela averbação de transferência não onerosa de ações de empresa constituída na forma de sociedade anônima;

III - a empresa, as instituições financeiras e bancárias, e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique transmissão de bens móveis ou imóveis e respectivos direitos e ações;

IV - o doador e o cedente dos bens ou dos direitos;

V - qualquer pessoa física ou jurídica que detenha a posse dos bens transmitidos na forma desta lei;

VI - os pais, pelo imposto devido pelos filhos menores;

VII - os tutores e curadores, pelo imposto devido pelos seus tutelados ou curatelados;

VIII - os administradores dos bens de terceiros, pelo imposto devido por estes;

IX - o inventariante ou o testamenteiro, pelo imposto devido sobre os bens e direitos transmitidos.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto, devidamente cancelado pelo fisco, deverá ser comprovado antes da prática dos registros, averbações e demais atos mencionados nos incisos I a III deste artigo.

## Capítulo V

### Da Base de Cálculo

Art. 10. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens e direitos ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, considerado na data da avaliação, que será declarado pelo contribuinte e verificado pela Fazenda Pública.

Parágrafo Único. A base de cálculo terá seu valor revisto ou atualizado sempre que a Fazenda Pública constatar alteração de valor dos bens e direitos transmitidos, ou vício na avaliação anteriormente realizada.

Art. 11. A base de cálculo do imposto será:

I - no caso de ações representativas do capital de sociedades e outros bens e direitos negociados em Bolsa de Valores, determinada segundo a sua cotação média alcançada na Bolsa na data da transmissão ou na imediatamente anterior, quando não houver pregão ou a mesma não tiver sido negociada naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 dias;

II - no caso de ação, quota, participação ou qualquer título representativo do capital de sociedade não for objeto de negociação, bem como na falta da cotação referida no inciso anterior, tomada a partir do valor do respectivo patrimônio líquido, considerado na data da transmissão.

§ 1º O valor patrimonial da ação, quota, participação ou título representativo do capital da sociedade será obtido do balanço patrimonial e da respectiva declaração do imposto de renda da pessoa jurídica entregue à Secretaria da Receita Federal, relativos ao período de apuração mais próximo da data da transmissão, facultado ao fisco efetuar o levantamento de bens, direitos e obrigações, quando entender pelo arbitramento.

§ 2º Na hipótese em que o capital da sociedade a que se refere o inciso II tenha sido integralizado, em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens imóveis ou direitos.

Art. 12. A base de cálculo do imposto, na hipótese de excedente de meação ou quinhão em que o patrimônio partilhado for composto de bens e direitos situados nesta e em outras unidades da federação, será o valor obtido a partir da multiplicação do “valor do excedente de meação ou quinhão” pelo “percentual tributável relativo ao Estado do Paraná”, em que:

I - o valor do excedente de meação ou quinhão é o valor atribuído ao cônjuge, companheiro ou herdeiro acima da respectiva meação ou quinhão;

II - o percentual tributável relativo ao estado do Paraná será o resultado da divisão do somatório dos valores totais dos bens imóveis situados neste estado e dos bens móveis, no caso de o doador for domiciliado neste estado, pelo valor total do patrimônio partilhado.

Art. 13. Nas doações com reserva do usufruto ou na sua instituição gratuita a favor de terceiros, na instituição do direito de uso ou habitação, ou de qualquer outro direito real, a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem.

Parágrafo Único. Quando houver pluralidade de usufrutuários e proprietários, o valor do imposto será proporcional a parte conferida a cada usufrutuário ou proprietário.

Art. 14. Na doação de bens e direitos excluídos da comunhão, entre cônjuges casados no regime da comunhão parcial de bens, a base de cálculo será de cinquenta por cento do valor dos bens e direitos transmitidos.

## Capítulo VI

### Das Alíquotas

Art. 15. O imposto é calculado mediante a aplicação dos seguintes percentuais sobre a base de cálculo determinada:

I - nas transmissões *causa mortis* e por doação:

a) um por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos até cem mil reais;

b) dois por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a cem mil reais e seja igual ou inferior a duzentos mil reais;

c) três por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a duzentos mil reais e seja igual ou inferior a trezentos mil reais;

d) quatro por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a trezentos mil reais e seja igual ou inferior a quatrocentos mil reais;

e) cinco por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a quatrocentos mil reais e seja igual ou inferior a seiscentos mil reais;

f) seis por cento, sobre o valor dos bens e direitos transmitidos que exceda a seiscentos mil reais;

II - na instituição de direitos reais, quatro por cento.

Parágrafo único. O imposto a ser recolhido resultará da adição dos valores apurados na forma deste artigo, sem prejuízo da isenção de que trata o artigo 5º.

## Capítulo VII

### Da Época, da Forma e do Prazo de Recolhimento do Imposto

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará a época, o prazo e a forma de pagamento do imposto, ressalvados os casos especificamente disciplinados nos artigos seguintes deste capítulo.

Art. 17. O pagamento do imposto, nas transmissões por ato “inter vivos”, realizar-se-á:

I - nas transmissões por escritura pública, ou procuração em causa própria, antes de lavrado o respectivo instrumento;

II - nas transmissões por instrumento particular, mediante a apresentação deste à repartição fiscal, dentro de trinta dias;

III - nas alterações contratuais de pessoa jurídica, antes do respectivo registro do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Cartório de Títulos e Documentos;

IV - nas aquisições por escrituras ou instrumento particular lavrados fora do estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, no prazo de sessenta dias do ato ou contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Fazenda Pública para cálculo do imposto;

V - nas aquisições de terras devolutas, ou direitos a elas relativos, no prazo de sessenta dias após assinado o respectivo título, que será apresentado à Fazenda Pública para cálculo do imposto;

VI - na incorporação de bens ao patrimônio de empresa, até trinta dias, da celebração do ato ou contrato, observado o disposto nos artigos 4º e 7º;

VII - nas transmissões não documentadas, no momento da tradição.

Art. 18. Nas transmissões *causa mortis*, o pagamento do imposto realizar-se-á no prazo de sessenta dias contados da data da expedição do auto de partilha nos autos do inventário ou arrolamento.

Parágrafo **único**. Nas transmissões *causa mortis* realizadas por escritura pública, o imposto deverá ser recolhido antes de lavrado o respectivo instrumento.

Art. 19. Quando o imposto não for pago integralmente nos prazos previstos na legislação, inclusive no caso de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º A Coordenação da Receita do Estado - CRE divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput*.

Art. 20. Para os casos em que se exigir atualização monetária, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º A CRE divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 2º Para determinação do valor da multa a ser exigida em auto de infração, os valores originais correspondentes a sua base de cálculo deverão ser atualizados a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto.

Art. 21. O crédito tributário poderá ser parcelado, na forma de regulamentação específica.

§ 1º O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 3º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 4º Rescindido o parcelamento, o crédito tributário remanescente será inscrito em dívida ativa.

§ 5º Da inscrição em dívida ativa mencionada no parágrafo 4º, o contribuinte será notificado mediante publicação de edital no Diário Oficial do estado.

§ 6º O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no parágrafo anterior.

### **Capítulo VIII** Da Restituição

Art. 22. As quantias indevidamente recolhidas ao estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, cuja decisão poderá ser delegada.

Art. 23. No caso de aparecimento do ausente, fica assegurada a restituição do imposto recolhido pela sucessão provisória.

### **Capítulo IX** Das Penalidades

Art. 24. Quando não recolhido nos prazos previstos na legislação tributária e antes de qualquer medida fiscal, o débito do imposto fica sujeito à multa de vinte por cento do valor do imposto não pago.

Parágrafo **Único**. A multa prevista no *caput* será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

Art. 25. Apurada qualquer infração à legislação do imposto, será lavrado auto de infração, observando, no que couber, o rito do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória previsto na lei orgânica do imposto de que trata o artigo 155, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 26. Os infratores à legislação do imposto estão sujeitos às seguintes penalidades, a serem lançadas em procedimento de ofício:

I - quarenta por cento do imposto devido ao contribuinte ou responsável que não recolher o imposto na forma e prazo previstos na legislação;

II - cem por cento sobre o valor do imposto ocultado à tributação, no caso de sonegação de bens, direitos e valores, observando-se como termo de início de cálculo dos juros de mora a data do vencimento do imposto relativo ao processo no qual os bens, direitos ou valores deixaram de ser apresentados;

III - cem por cento sobre o valor do imposto, no caso de dolo, simulação ou fraude;

IV - quatro Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;

b) descumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação.

Parágrafo **único**. A multa prevista no inciso I deste artigo será reduzida:

a) em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas, até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

b) cinquenta por cento quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

## **Capítulo X**

### **Da Administração Tributária**

Art. 27. Os contribuintes ou não, responsáveis previstos nesta lei, bem como as pessoas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicialmente, pratiquem, ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto, estão sujeitos à fiscalização, e não poderão escusar-se de exibir, ao fisco estadual, livros, cofres, arquivos magnéticos e eletrônicos e demais documentos requisitados.

Art. 28. O serventuário da Justiça deverá disponibilizar ao fisco o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação e fiscalização do imposto (artigo 197 do Código Tributário Nacional).

Parágrafo Único. Os Cartórios de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, o Cartório de Registro Civil e o Cartório de Registro Público de Empresas Mercantis deverão encaminhar, na forma e no prazo indicados pelo fisco, relação completa das averbações efetuadas, relativas à transmissão não onerosa ou sem valor comercial, da propriedade de bens e direitos.

Art. 29. A carta precatória oriunda de outra unidade federada e a carta rogatória, para avaliação de bem, título e crédito alcançados pela incidência do imposto, não podem ser devolvidas ao juízo deprecante ou rogante, sem o pronunciamento da Fazenda Pública.

Art. 30. A Fazenda Pública e seus auditores fiscais terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores da Administração Pública (inciso XVIII do artigo 37 da Constituição Federal).

Art. 31. Compete à Procuradoria Geral do Estado por meio de seus procuradores, ouvida a Fazenda Pública, a manifestação em quaisquer processos judiciais, acerca do disposto nesta lei.

## **Capítulo XI**

### **Disposições Gerais**

Art. 32. A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo ou da penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Art. 33. Constitui obrigação acessória, qualquer situação que, na forma da legislação do ITCMD, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis previstos nesta lei, estão obrigados

ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias estabelecidas na legislação.

§ 2º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 34. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

a) resolver os casos omissos;

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder consultas sobre o imposto de que trata esta lei, na forma a ser regulamentada.

Art. 35. Na hipótese da extinção do usufruto ou de qualquer outro direito real, quando sua instituição foi tributada com base no disposto no artigo 14 da Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988, o imposto deverá ser recolhido considerando como base de cálculo a metade do valor total atualizado do bem.

Art. 36. As disposições desta lei pertinentes ao regime da comunhão parcial de bens aplicam-se à união estável.

Art. 37. Fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a firmar convênios com as Fazendas Públicas da União, das demais unidades federadas e dos municípios, com a finalidade de troca de informações fiscais (artigo 199 do Código Tributário Nacional).

Art. 38. A isenção de que trata o artigo 5º produzirá efeitos imediatos em relação aos pagamentos pendentes relativos a fatos geradores ocorridos na vigência da Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto em seu artigo 4º.

Art. 39. Ficam dispensados os créditos tributários relativos ao ITCMD, lançados ou não até 31 de dezembro de 2007, inscritos ou não em dívida ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a cinco mil reais.

§ 1º Fica a Coordenação da Receita do Estado autorizada a cancelar os créditos tributários dispensados na forma deste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 40. A presente lei será regulamentada no prazo de sessenta dias por resolução do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 41. Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8927, de 28 de dezembro de 1988.

## MENSAGEM Nº 052/07

Curitiba, 24 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 15.600, de 15 de agosto de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a Matrícula nº 2609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul, a ser utilizado, exclusivamente, para construção de um Centro de Convivência do Idoso.

A medida legal ora proposta se faz necessária, tendo em vista que o Cessionário assumiu compromisso, junto à instituição financeira, para a construção do referido Centro de Convivência do Idoso, que perdurará até o ano de 2017.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI Nº

Art. 1º O parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 15600, de 15 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

LEI Nº 15600 - 15/08/2007

Publicado no Diário Oficial nº 7537 DE 16/08/2007

## SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de parte do imóvel que especifica, ao município de Jandaia do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município registrado sob a matrícula nº 2.609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

...

§ 2º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Palácio do Governo em Curitiba, em 15.08.07.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro

Chefe da Casa Civil

**Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 368/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 537/07, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo ceder o imóvel que especifica ao município de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o nº 15665. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº CTL/CC 367/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Deputado Dobrandino da Silva, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 342/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, acerca das Indicações Legislativas nºs 256 e 257. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 343/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 040/07/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 249. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 344/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 076/07/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 255. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 345/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 725/07/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 316. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 346/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 058/07/PMPR, acerca da Indicação Legislativa nº 285. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 347/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Parecer nº 244/07/DETRAN, acerca da Indicação Legislativa nº 375. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 348/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 2098/07/SESA, acerca da Indicação Legislativa nº 401. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 349/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do

Ofício nº 614/07/SETI, acerca da Indicação Legislativa nº 325. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 350/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 734/07/SEEC, acerca da Indicação Legislativa nº 372. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 351/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 028/07/PMPR, acerca da Indicação Legislativa nº 258. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 352/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 727/07/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 346. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 353/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 218/07/DETRAN, acerca da Indicação Legislativa nº 391. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 354/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 713/07/GS/SETI, acerca da Indicação Legislativa nº 415. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 355/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Pronunciamento da SEPL, acerca das Indicações Legislativas nºs 261, 270 e 253. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 356/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 631/07/GS/SEEC, acerca da Indicação Legislativa nº 336. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 357/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 642/07/GS/SEEC, acerca da Indicação Legislativa nº 324. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 358/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 049/07/GS/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 267. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 359/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 608/07/GS/SEJU, acerca da Indicação Legislativa nº 434. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 360/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 265/07/GS/SEIM, acerca da Indicação Legislativa nº 462. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 361/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 2313/07/GS/SESA, acerca da Indicação Legislativa nº 404. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 364/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 2403/07/GS/SESA, acerca da Indicação Legislativa nº 323. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 365/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do

Ofício nº 459/07/GS/SAB, acerca da Indicação Legislativa nº 390. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 8067/07 - 1ª CA/PR da Sra. Antonia Lélia Neves Sanches - Procuradora da República no Estado do Paraná, informando sobre o despacho de arquivamento exarado no Procedimento Administrativo nº 1.25.000.005859/2003-31, que tramita na referida Procuradoria da República, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 17, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1651/07-OPD/GP do Sr. Henrique Naigeboren - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em exercício, encaminhando cópias das peças do Processo nº 114209/06-TC, referente à Impugnação de Despesas da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1892/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 46681/04-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1358/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 440717/03-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2457/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 224589/04-TC, referente à Impugnação de Despesas da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2471/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 368834/02-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, nos exercícios de 2001 e 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1270/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 144216/04-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2446/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 377923/05-TC, referente à Impugnação de Despesas da

COPEL Transmissão S/A de Curitiba, referente ao exercício de 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1953/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das peças do Processo nº 218395/02-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pela Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

#### OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 05 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, renovação da licença para tratamento de saúde de 20 (vinte) dias, a partir de 05 de novembro do corrente ano, conforme atestado médico.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### Indicações

#### INDICAÇÃO Nº 349/07

##### SÚMULA:

Solicita a instalação da Biblioteca Cidadã no município de Contenda.

A Exma. Sra. Vera Mussi Augusto - Secretária de Estado de Cultura:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a instalação da Biblioteca Cidadã no município de Contenda.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população deste município. A leitura constitui em um importante hábito na vida do cidadão, trazendo conhecimento e promovendo cidadania.

#### INDICAÇÃO Nº 350/07

##### SÚMULA:

Sugere o Termo de Cooperação Técnico e Financeira celebrado entre o estado e a pastoral da Criança (AAPAC - Associação dos Amigos da Pastoral da Criança).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - O termo de Cooperação Técnico e Financeira celebrado entre o Estado e a Pastoral da Criança (AAPAC - Associação dos Amigos da Pastoral da Criança).

II - a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da APPAC, que tem com objetivo a cooperação técnico-financeira, visando a execução do Programa de Atendimento às Crianças (Palestras, orientações aos pais efetuadas pelas Coordenadoras Paroquiais do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) DR. BATISTA

##### JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança tem por objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam a suas finalidades:

1. Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;

2. Formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança, e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;

3. Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; redução da violência familiar e comunitária;

4. Geração de renda, para auto-sustentação das famílias acompanhadas; ajuda mútua entre elas; capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;

5. Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;

6. Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;

7. Pesquisa nas áreas de referência programática.

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 699/07, que dispõe sobre Plano Plurianual para o exercício de 2008-2011, até o dia 20 de novembro de 2007.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 3243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada para o dia 20 de novembro às 10h00 a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 178/07, que trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no Estado do Paraná, anteriormente agendada para o dia 13 de novem-

bro de 2007, às 10h00, conforme Requerimento aprovado no dia 31 de outubro nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 3247

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o uso das dependências do Plenarinho desta casa, para a Audiência Pública da “Casa Familiar Rural” com o objetivo de discutir, sugerir e encaminhar assuntos pertinentes as Casas Familiares Rurais de nosso Estado do Paraná.

Ao todo são 36 unidades envolvendo cerca de 100 municípios paranaenses, e so assuntos pautados para a pretendida audiência pública são: O convênio da ARCA-FAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul e do Brasil, com o governo do Estado do Paraná; o Projeto de Lei nº 344/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e as perspectivas para as Casas Familiares nos próximos anos.

Dia 21 de novembro do corrente ano com início às 09 horas e término às 12 horas.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Audiência Pública no dia 29 de novembro, às 18:30 horas a ser realizado na Associação Comercial de Ponta Grossa, para debates sobre o Projeto de Implantação do Aeroporto de Cargas em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 3239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER aprovação desta Casa de Leis para realizar ato de entrega do Título de Cidadania Honorária à Dra. Elisabeth Khater, (Lei nº 15662), em Sessão Solene, no dia 24 de novembro de 2007, às 16:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Loanda-PR.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 3245

Senhor Presidente:

O objetivo deste, é solicitar ao Governo do Estado, para que sejam inclusas no programa Energia Noturna, as atividades da suinocultura do Estado do

Paraná, objetivando o aquecimento deste importante setor produtivo.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 3253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Acrides Lazarotto Santos, o corrido dia 04 de novembro do ano corrente, salientamos que o mesmo foi prefeito do município de Bocaiúva do Sul e prestou relevantes serviços à comunidade.

Requer outrossim, que após decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### REQUERIMENTO Nº 3257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Lazarotto Santos, pelo falecimento do Sr. Acrides Lazarotto Santos, ocorrido no dia 04 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Lazarotto Santos, através de correspondências a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro Fonseca, nº 1082 - Bairro Centro - Bocaiúva do Sul - PR - CEP 82.450-000.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 3237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, votos de congratulações ao Sr. Juliano Jaronski, agraciado com o grau Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, prêmio oferecido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal, sendo a solenidade de premiação em dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Iguaçu pela passagem, no próximo dia 22 de novembro de 2007, do seu 57º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Ângelo Celso Zampieri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Leonel Schier, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Iguaçu, estará, no próximo dia 22 de novembro de 2007, comemorando a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem estar.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o regimento interno, mais claro e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

É verdade que o Sr. Prefeito, o Sr. Vice-Prefeito e os Vereadores muito têm feito em prol do desenvolvimento do município de Iguaçu.

Queremos, através desta proposição, parabenizar as autoridades e o povo em geral, no transcurso da significativa data da comemoração dos 57 anos de Iguaçu.

#### REQUERIMENTO Nº 3241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguaerinha pelo transcurso do seu 61º aniversário de emancipação política, no próximo dia 21 de novembro/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Manoel Aparecido de Almeida, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Manguaerinha.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Manguaerinha estará, no próximo dia 21 de novembro, comemorando festivamente a passagem do seu 61º aniversário de emancipação política e administrativa. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e todos aqueles que têm colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do município.

A vida, como nos ensinou Jesus Cristo, é para ser cumprida com denodo, altivez, justiça e integridade. Aquele que voluntariamente se inscreve nos preceitos divinos, dificilmente resvala a indignidade. O Código Público nos indica a decência e a honradez. É isto que devemos perseguir.

Se espelhar em Deus é perseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana, perdoar, compreender, consolar, repartir, socializar, mas acima de tudo, renascer. O renascimento diário sobrepondo o iníquo, o desonesto, o mesquinho, a cobiça e a perfídia.

Os ensinamentos divinos, se cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão da afirmação da vida. A vida, sendo exercida dentro destes conceitos, ainda que eventualmente possa parecer improdutivo, engrandece o homem e contribui para que sejamos a reprodução da imagem divina.

Os Poderes Executivo e Legislativo trabalham unidos pelo progresso e desenvolvimento do município, que é privilegiado com a administração segura do Sr. Prefeito Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar e sua valorosa equipe que continuam trabalhando diuturnamente para proporcionar melhores condições de vida a toda a população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral do município de Manguaerinha.

#### REQUERIMENTO Nº 3256

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao casal Nadir José Nalepa e Célia Bora Nalepa.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao casal Nadir e Célia Nalepa, em reconhecimento às atividades prestadas em prol da comunidade de Araucária, atuando com dedicação na Capela Santo Estanislau.

Destacamos o trabalho realizado pelo Sr. Nadir José Nalepa como Presidente e de sua esposa como coordenadora de liturgia desta capela.

#### REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade nos Anais do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Clube, pelo retorno à primeira divisão do Campeonato Brasileiro, para alegria de

seus diretores, atletas, associados e torcedores do mencionado Clube.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Dr. Giovanni Gionedes, Presidente do Clube, para que receba a transmita a todos os companheiros de diretoria, associados atletas e comissão técnica, congratulações da Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo e ao espírito causado pela labuta diária para conseguir voltar a primeira divisão do campeonato brasileiro, necessitou de lenitivos, trabalho e distrações que atuarão como desintoxicantes aos organismos exaustos dos diretores, atletas comissão técnica, associados e simpatizantes do Coritiba Foot Ball Clube.

Recrear o espírito é retemperá-lo para novos embates e novas lutas. Um arco permanecesse sempre tenso perderia sua elasticidades e tornar-se-ia inútil para o fim que se destina.

O esporte é uma escola, nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não norteara? Hoje um dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência. O esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Criar, portanto, uma organização como o Coritiba Foot Ball Clube, cuja finalidade é proporcionar distração sadia ao espírito é prestar um relevante serviço social, cujos frutos se farão sentir diretamente no indivíduo, na família e no grupo que fazemos parte.

Sim, um espírito sadio num corpo sadio é um escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre os demais clubes brasileiros.

Saudamos, pois a todos os diretores, técnicos e atletas, pugilo de bravos que acabaram de conquistar a grande vitória, mostrando destarte que compreenderam a necessidade da autodisciplina, dando um exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras.

A todos aqueles que lutaram e lutam pela sua constituição, os nossos aplausos pela grande e inesquecível conquista.

Orgulha-se, portanto a sociedade paranaense em legar os pôsteres este exemplo de virtude, para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Mais uma vez, parabéns ao Coritiba Foot Ball Clube.

#### REQUERIMENTO Nº 3238

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor e con-

gratulações, ao Desembargador Antenor Demeterco Júnior.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Antenor Demeterco Júnior, em reconhecimento a sua dinâmica atuação no exercício do Direito.

Destacamos sua brilhante trajetória profissional que teve início no ano de 1970, como juiz substituto.

#### REQUERIMENTO Nº 3258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. David Antônio Pancotti, Diretor Geral do DETRAN Paraná, para que sejam esclarecidas as seguintes informações:

1- Receita mensal do DETRAN a partir do ano de 2000 até a presente data.

2. Especificações de todas as cobranças realizadas pelo DETRAN (taxas, recolhimentos, etc).

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### REQUERIMENTO Nº 3242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Walbach Tizzot, os seguintes documentos e informações:

- Algum dos atuais Deputados Estaduais solicitou cadastramento junto a essa Secretaria, para isenção do pagamento de pedágio?

- Tal solicitação foi deferida?

- Quais os veículos credenciados?

- Foi pedido cancelamento?

- Por quanto tempo foram utilizados?

- Tais isenções continuam válidas?

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 3251

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Itaú - município de Itaperuçu, que pedem policiamento ostensivo nos bares desse bairro. Muitos deles são freqüentados por menores, homens e mulheres desocupados, os quais ingerem muita bebida alcoólica, praticam "jogatinas" e promovem bagunças diariamente, principalmente à noite, perturbando o sossego dos moradores próximos e causando medo e apreensão para toda a comunidade. A situa-

ção encontra-se crítica e a presença de policiais no bairro proporcionará maior segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## ***Projetos de lei***

PROJETO DE LEI Nº 784/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o pagamento de remuneração especial pelo trabalho que exceder a jornada de 40 (quarenta) horas semanais para os Servidores da Polícia Militar e os Servidores da Polícia Civil que exerçam atividades finalística operacional no estado do Paraná.

§ 1º As atividades finalísticas operacionais serão definidas por decreto do Poder Executivo.

§ 2º A indenização de que trata este artigo será paga no mês subsequente ao serviço realizado.

§ 3º Não estão incluídas nesta lei unidades operacionais especializadas que já recebam algum tipo de Estímulo Operacional.

Art. 2º O valor indenização de que trata o artigo anterior é o resultado do valor/hora normal de trabalho acrescido de 50% (cinquenta por cento) e multiplicado pelo número de horas extraordinárias.

§ 1º Horas extraordinárias são aquelas que excedem a carga horária de 40 horas semanais.

§ 2º A prestação de serviço extraordinário não está sujeita a limitação de carga horária semanal, não podendo ultrapassar a 40 horas mensais.

Art. 3º Os recursos para pagamento da remuneração referida no artigo anterior terão origem no orçamento próprio do estado ou através de convênio efetuados com a união e/ou municípios.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

### **JUSTIFICATIVA:**

É do conhecimento geral a carência de efetivo policial para atender as demandas necessárias de segurança pública no estado. As alternativas de aumentar o efetivo, através de contratações por concurso público, esbarram no tempo gasto para atender aos mecanismos legais dessas contratações, além do treinamento dos novos contratados, implicando a utilização de um tempo mínimo de 12 (doze) meses a um custo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por policial apenas para colocá-lo em condições de iniciar o trabalho. Isto sem levar em considera-

ção que esta forma de aumento de efetivo implica, também, no incremento do quadro dos ativos de hoje e dos inativos de amanhã.

Por outro lado, existem outras alternativas, como a efetuada recentemente, ou seja, a transferência de policiais de uma região para outra. Essa ação também acarreta uma série de transtornos de ordem pessoal para os servidores transferidos, quanto para a comunidade de origem desses servidores, a qual deixa de ter segurança.

Assim, entendo que das alternativas existentes para o efetivo aumento da segurança em nosso estado, a que melhor se afigura é a de permitir o pagamento de horas extras aos servidores do quadro existente.

PROJETO DE LEI Nº 785/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Agência de Desenvolvimento Regional de Paranavaí - ADR, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) TERUO KATO

### **JUSTIFICATIVA:**

A Agência de Desenvolvimento Regional de Paranavaí - ADR, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto é entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 4º e incisos desse mesmo diploma legal, dentro outros, “envolver a sociedade para transformar as condições econômicas, sócias e políticas através de idéias e ações que promovam permanentemente a melhoria da qualidade de vida de Paranavaí e municípios que compõem a AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná”.

Atualmente, a ADR atende várias pessoas de todas as idades, em diversos âmbitos da sociedade, desde prestando serviço inestimável á comunidade de Paranavaí, sobretudo dos extratos menos favorecidos, conforme bem o especifica o relatório de atividades anexo.

A declaração de utilidade pública da ADR constituirá, pois, incentivo, indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver suas atividades sempre carente de meios, de modo que assim possa pleitear recursos adicionais a fim de que continuar a auxiliar todas as pessoas que dela dependem e que, a cada dia, mais a procuram.

PROJETO DE LEI Nº 786/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comu-

nidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI, com sede e foro no município de Araucária - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Araucária - Paraná é uma instituição evangélica, filantrópica, sem fins lucrativos.

A Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI é uma instituição que tem por finalidade dar atendimento às pessoas do sexo masculino, a partir de 18 anos de idade. Seus principais objetivos são: a recuperação integral de pessoas dependentes de psicotrópicos, entorpecentes e drogas similares, bem como de portadoras de outros vícios e/ou desvios de personalidade e sua reintegração à sociedade; orientação e profilaxia social da toxicomania; ensino educacional e profissionalizante.

É expressamente vedado o pagamento de salários, subsídios ou gratificações dos membros da Diretoria da FAVI, em razão do exercício de seus cargos, distribuição de bofinicações, dividendos ou vantagens materiais aos seus associados sob quaisquer títulos ou pretextos.

Em anexo documentos e relatórios das atividades da Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI.

Por essas razões esperamos o devido apoioamento a aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 787/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Palotinese da Cultura, com sede e foro no município de Palotina/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.07.

(a) ELTON WELTER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Palotinese da Cultura, situada a R. D. Pedro I, nº 8111 - Palotina/PR, fundada em 07 de novembro de 2002, sem fins lucrativos, tem por finalidades incentivar a dança, o teatro, corais, grupos de cantos, cantores, bandas... e proporcionar aos seus associados mais uma forma de lazer e enriquecimento dos seus conhecimentos.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 2114 de 06 de junho de 2007.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano.

### ***Deputado Ademar Traiano (PSDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou fazer o meu pronunciamento na tarde de hoje - peço a atenção dos Srs. Deputados, de uma forma especial, ao Líder do Governo, dos Deputados da Situação que estão no plenário na tarde de hoje, para dar a minha resposta à manifestação do ex-Procurador do Estado, Sérgio de Lacerda, demissionário do Governo, que na tarde de quarta-feira, infelizmente, em função de compromissos, não pude estar presente, mas tive a informação de que o Deputado Valdir Rossoni muito bem usou da tribuna, para colocar com clareza exatamente aquilo que vem ocorrendo neste Governo. Mas preferi fazer o meu discurso na tarde de hoje, escrever a peça, para não cometer nenhum deslize com relação àquilo que vou dirigir aos senhores nesta tarde.

Valho-me, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, do que dizia Rui Barbosa:

(Lê):

*“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos de maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”*

Na última semana, desta mesma tribuna, comentei o e-mail que o ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda enviou ao jornalista Celso Nascimento, da Gazeta do Povo, publicado na íntegra pelo jornal, quando citei artigos e leis e que o confessado comportamento do advogado de Requião poderia ter cometido os delitos que espontaneamente confessou.

Não me espantou pois, que agora, pilhado pela opinião pública o acusado, para desqualificar minha denúncia, tenha na sua carta de renúncia e no seu arrependimento tardio da servidão a que prestou como “poucas e boas” durante bom tempo a quem considerava amigo e que agora, talvez num lampejo de sensatez, tenha se acordado do pesadelo que viveu ou como disse: “Talvez o Roberto Requião só tenha confiado no Sérgio Botto de Lacerda antes dele ingressar no seu Governo, enquanto seu advogado nunca remunerado profissionalmente, mas que o ajudou em poucas e boas. Usou-me o

quanto pôde, mas nunca ousou ser leal e firme, como diz ser em seu Governo e em outras relações com os seus subalternos que dele dependem” ou talvez porque, “hoje pude viver, uma vez mais, o supra-sumo do que é o Governo Requião. Os puxa-sacos, ignorantes que o cercam e que o afundam cada vez mais”, ou quem sabe porque tenha se conscientizado que “é de pasmar, num Governo em que o próprio Governador diz só haver ladrões”, pode ser também que o Sr. Botto, desencantado com o poder a que serviu dócil e submisso, que tenha agora recebido solidariedade dos “muitos dos que são agredidos em público pelo Governador, por suposta incompetência, por suposta desonestidade, (os quais) foram capazes de ter uma conduta de homem ou de mulher para comigo”, tenha enfim se libertado da triste sina de servir o autoritarismo e a prepotência palaciana.

Poder ser.

Mas esta carta de renúncia, aberta ao povo do Paraná, se tem o mérito de fazer a *mea culpa* pela confissão de arrependimento tardio e pelo esgotamento pessoal ao reconhecer que “sinceramente, tenho limites” porque “a sua permissividade e a sua capacidade de não ser impressionar diante do que ocorre, me espantam”, ou tenha esgotado de ser “capaz de compreender todo o contexto onde se dá essa sordidez de atuação animal” e se ver obrigado a participar “num Governo onde só existem ladrões”, evidentemente só por isso não tem esta renúncia o condão de inocentar o Botto das maldades e crimes que cometeu ou da obsequiosa e permanente omissão que se submeteu para manter-se com as benesses e mordomias palacianas.

Não.

É bom ver todos os ângulos desta questão, é imperioso se analisar a quem serviu este rábula que na sua mágoa pessoal, nem na ingloria renúncia teve a altivez de reconhecer o Parlamentar que bem conhece, porquanto é um daqueles que nunca se submeteu às investidas de ilegalidade ou da maquiavélica alquimia jurídica, sempre preparada como poção mágica para mistificar e idolatrar o ego do seu senhor e assim engrossar o cordão dos puxa-sacos e ignorantes palacianos.

Ao tachar-me de “Traiano de tal” não foi a mim que ofendeu, mas a si próprio, por extravasar rancor e mágoa pessoal e com isso demonstrar, mais uma vez, que nem mesmo quando tenta pela segunda renúncia se libertar da veia autoritária, não foi desta vez que conseguiu ter a postura digna e ereta que todos esperavam.

Ao investir contra o instituto da imunidade parlamentar, tachando-o de covarde manto, ele sim e não este Deputado vociferou com o velho e surrado ranço do orquestrado e novo autoritarismo que os puxa-sacos, bajuladores e serviços medíocres costumam ter para atacar a democracia e a liberdade de pensamento.

Mesmo que eu não seja um reconhecido juriconsulto como o Líder do Governo, nesta Casa, assim mesmo, da minha humilde posição de homem do povo, consigo ver e rememorar o desastre político e administra-

tivo em que o Paraná se enredou com este Governo que persiste e teima em manter em seus quadros as eminências pardas, os incompetentes e ignorantes, os asseclas que parecem servir-se do botim que virou o tesouro do estado.

Não me move uma questão pessoal, até porque nunca a tive com o Sr. Sérgio Botto de Lacerda, mas porque não estou contaminado pelo mal dos que sofrem calados, pela falta de espinha dorsal, e têm que fazer ouvidos moucos quando a inverdade e a maledicência é imposta pela troca das migalhas do poder.

Não.

Graças a Deus sempre estive do outro lado deste rio de águas turvas em que, desgraçadamente, o Paraná se viu navegando. Sempre mantive minha coluna ereta para poder ver e entender as maldades praticadas pelo atual Governo e em especial pelo então submisso e subserviente Botto, empenhado em cumprir as ordens autoritárias e inconstitucionais que deixarão um legado de “*contencioso econômico-financeiro de bilhões de reais que será legado por este Governo para ser pago pelos paranaenses, por causa de bravatas e derrotas sistemáticas sofridas pelo Governo em todas as suas instâncias de justiça, desmoralizando o estado*” (Gazeta do Povo, 02/11/07, fls. 8).

Tenho pois a lucidez de entender que entre os que telefonaram dizendo ao renunciante que os canalhas não desistem, com absoluta certeza não estavam entre estes o Digno Procurador Luiz Henrique Bonaterra, sumariamente alijado da sua função pelo arremedo de processo e farsa de inquérito que lhe encomendou seu patrão, para que engendrado e dirigido pelo laçao Botto, se conseguisse impedir e tivessem curso a apuração das gravíssimas denúncias, todas documentadas e apresentadas inclusive de viva voz nesta Casa, por Bonaterra, pelos atos de corrupção, desmando e imoralidade deste Governo que hipocritamente servia, denúncia documentada como esta do engodo do Leite das Crianças, que agora ameaça ir para o noticiário policial ou do próprio caso ELEJOR e, aliás, se hoje o ex-serviçal se viu envolvido em atos em que tipificam infiel pela tentativa de obter comissões, como disse outro integrante da entourage palaciana, que leve o Sr. Botto como lição para nunca esquecer - se quiser mesmo ser e continuar independente e liberto do requianismo, como agora, pela segunda vez diz ser - porque é da velha sabedoria popular que se retira a experiência de quem tem a primeira recaída - assim como mulher de malandro, sempre acaba gostando de apanhar, que leve e aprenda, pois, a velha lição dos antigos de que quem com ferro fere, com ferro será ferido e resista a atração que amolece os espíritos parvos e aqueles que às vezes, pela sedução do olhos nos olhos, podem ter mais uma recaída, já que fez questão de consignar na carta o sintomático diagnóstico de que se o patrão ‘desejar debater filosofia de vida ou mesmo relacionamento político e social, estarei no endereço conhecido’.

Rogo para o bem e a biografia do Sr. Botto que resista à sedução do poder e mais uma vez, não volte a servir com a mesma subserviência e rabugice os autoritários e despóticos de plantão.

Precisa saber o subserviente Botto, que este Traiano de tal, abre mão da imunidade parlamentar, garantia constitucional assegurada para proteger os que precisam denunciar atos de arbitrariedade e prepotência de Governos, especialmente naqueles onde só existem ladrões, ou quando os governantes não assumem suas responsabilidades pela apuração da bandalheira que contagia os cupinchas, áulicos e asseclas, sempre tão ávidos pelas boquinhos e comissões que, como o próprio Botto confirma, são os “ignorantes asseclas”, que praticam a “quebra da confidencialidade”, estabelecendo a permissividade e cumplicidade para lesar os cofres públicos e o Governador se omite e ignora o caudal de denúncias que partem de todos os lados, mas especialmente de dentro de setores e pessoas deste próprio Governo, que como exceção da regra, ainda conservam a decência e a moralidade na defesa do patrimônio público.

Abro mão, sim, da minha imunidade parlamentar, que longe de ser covarde, é o exercício da consciência de cidadão, para que venha a apuração dos fatos, até porque revelados pelo próprio autor dos mesmos e, como tal, por terem e serem agora de domínio público e constituírem delitos de ação pública, colocam o Ministério Público do Paraná no indeclinável dever de investigá-los e buscar exemplar punição.

Ao ter desta mesma tribuna que ..., não volto atrás em nada, pelo contrário, agora mais do que nunca levarei a questão até a punição dos infratores da lei e do patrimônio público.

O meu dever de fiscal o Governo, delegado pelo voto do povo, não tergiversará, como aqueles que para agradarem os poderosos subscrevem inomináveis abusos e ilegalidades.

Leis inconstitucionais que a maioria submissa aprovou com a orientação da assessoria palaciana, precisam e devem ser alertas para que esta Casa não caia no anedotário nacional.

A herança catastrófica que o Paraná terá que suportar pelas aventuras jurídicas do Chávez paranaense e seus asseclas, tipo fiel escudeiro Botto de Lacerda, não podem mais ter continuidade, sob o risco de comprometimento do futuro deste estado.

Renúncia e simples afastamento palaciano não deve ser salvo-conduto aos que se serviram do poder pela mera discordância do valor de repartição de comissões e benesses, mas ser justa causa de inquietação pública, como disseram os partidos de oposição ante “o descalabro que se tornou o Governo do Paraná”.

“Gravíssima crise política e ética” criada pelo Governo Roberto Requião (PMDB) está motivando os partidos de Oposição que, segunda-feira (05), se reúnem às 10h, na sede do PPS em Curitiba, para tomar uma posição conjunta frente ao assunto. Participam do encon-

tro, a convite do Presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno, o Senador Osmar Dias (PDT), o Deputado Valdir Rossoni (PSDB), o Deputado Abelardo Lupion (DEM) e Severino Nunes (PSB). Eles concordam que não é mais possível atuar de forma isolada nem calar-se diante do descalabro em que se tornou o Governo do Paraná.

A lista de denúncias de corrupção é enorme, as agressões às instituições e afrontas à lei ocorrem diariamente; e não se pode esquecer o contencioso econômico-financeiro de bilhões de reais que será legado por este Governo para ser pago pelos paranaenses, por causa de bravatas e derrotas sistemáticas sofridas pelo Governo em todas as instâncias da Justiça, desmoralizando o estado do Paraná. “Mais uma vez assistimos a exposição lamentável das vísceras do Governo Requião”, lamentou Rubens Bueno, ainda chocado com o cinismo do Governador, que proclama aos quatro ventos que em seu Governo só há ladrões, quando ele deveria ser a primeira pessoa a tomar alguma medida a respeito.” [www.documentoservado.com.br](http://www.documentoservado.com.br), de 02/11/07 - jornalista Pedro Rineiro.

Lanço pois o repto ao Sr. Botto de Lacerda de que abrirei mão da minha imunidade parlamentar para discutir com ele e com este Governo, aqui e se necessário na Justiça e na Ordem dos Advogados, ou em qualquer fórum ou instância, que foi delituosa e eticamente reprovável a sua conduta como membro do Governo.

Mas considero que o importante não é a atuação e a responsabilidade pessoal do ex-Procurador, mas sim do mandante que não usa apenas um boto qualquer, mas se vê cercado de uma verdadeira fauna de aves de rapina que gravitam ao seu redor e sob a sua complacente e despótica omissão.

Clamo como Rui Barbosa, parodiando seu imortal discurso para que:

*Não sinta vergonha de mim  
por ter feito parte de uma era  
que lutou pela democracia,  
pela liberdade de ser  
e ter que entregar aos meus filhos,  
simples e abominavelmente,  
a derrota das virtudes pelos vícios,  
a ausência da sensatez  
no julgamento da verdade,  
a negligência com a família,  
célula-mater da sociedade,  
a demasiada preocupação  
com o eu feliz a qualquer custo,  
buscando a tal felicidade  
em caminhos eivados de desrespeito  
para com o próximo.  
Que não tenha vergonha de mim  
pela passividade em ouvir,  
sem despejar meu verbo,  
a tantas desculpas ditadas  
pelo orgulho e vaidade,  
a tanta falta de humildade*

*para reconhecer um erro cometido,  
a tantos floreios para justificar  
atos criminosos,  
a tanta relutância  
em esquecer a antiga posição  
de sempre contestar  
voltar atrás  
e mudar o futuro.  
Teria vergonha de mim  
se fizesse parte de um povo que não reconheço,  
enveredando por caminhos  
que não quero percorrer...  
Teria vergonha da minha impotência,  
da minha falta de garra,  
das minhas desilusões  
e do meu cansaço.  
Não tenho para onde ir  
pois amo este meu chão,  
vibro ao ouvir meu Hino  
e jamais usei a minha Bandeira  
para enxugar o meu suor  
ou enrolar meu corpo  
na pecaminosa manifestação de nacionalidade.  
Ao lado da vergonha de mim,  
tenho tanta pena de ti,  
povo brasileiro!  
“De tanto ver triunfar as nulidades,  
de tanto ver prosperar a desonra,  
de tanto ver crescer a injustiça,  
de tanto ver agigantarem-se os poderes  
nas mãos dos maus,  
o homem chega a desanimar da virtude  
a rir-se da honra  
a ter vergonha de ser honesto”.*  
Com o aparte Deputado Dobrandino.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Traiano, agradeço o aparte.

Ouvi rapidamente o seu pronunciamento. Cheguei um pouco atrasado. Quero dizer, com todo respeito que tenho por V. Exa., que não conheço as razões do pronunciamento de V. Exa., imagino que tenho razão para fazer esse pronunciamento. Apenas queria dizer, Deputado Traiano, conhecendo como conheço o profissional, advogado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda que foi, com muita competência, Procurador do Estado até a pouco tempo atrás. Preciso aqui fazer a defesa no sentido que o conheço, que é uma pessoa sincera.

Não imagino as razões que o levaram, se houve ou não qualquer conflito com V. Exa., imagino que V. Exa. tem aqui o direito de fazer seu pronunciamento. Mas preciso dizer, de acordo com a minha consciência, que o profissional Sérgio Botto agiu no Governo como Procurador responsável, defendeu o Governo em todos os sentidos, saiu do Governo por sua livre e espontânea vontade quando achou que não poderia ficar mais defendendo o Governo.

Embora continuou amigo do Governador, voltou de novo e agora saiu outra vez do cargo que estava ocupando. Preciso dizer que é uma pessoa séria, respeitada, tem o respeito de todos do Governo. Portanto, gostaria de agradecer ao aparte que o senhor me concedeu de forma democrática e dizer que respeito a sua opinião, a sua manifestação. Mas não podia ficar de forma consciente, calado, sem dizer que o Sérgio Botto é um homem sério e capaz.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Ouçõ com muita elegância a sua manifestação e tenho respeito ao homem público que V. Exa. é, pela imagem construída ao longo de toda uma carreira política, brilhante, destacável, respeitada no Paraná como um todo. Devo dizer a V. Exa. que não posso, de forma alguma, questionar a capacidade jurídica do Botto de Lacerda, mas entendo que sai com sua imagem maculada e lamento ter encerrado a sua participação no Governo da forma como encerrou, por 2 vezes demissionário. Com certeza deixou seu nome altamente comprometido em função desta sua ação de dubiedade, porque não dizer leviandade pela experiência que tem quando, publicamente como réu confesso, admite ter aceitado uma proposta que somente não acordou em função de valores insignificantes.

E o que me traz à tribuna nesta tarde é exatamente em função disto. E mais especificamente em função da falta de ética, de decência do Botto de Lacerda com relação a este Parlamentar, que foi eleito pelo voto popular, que está aqui com as suas garantias, constitucionais asseguradas, com a imunidade Parlamentar da qual abro mão se for necessário para expressar da melhor forma e principalmente como fiscal do Governo. Entendi que naquele momento era oportuno fazer aquele pronunciamento e não esperava ter sido tão forte e poder derrubar o Botto de Lacerda com um pronunciamento. É lógico que o seu comprometimento com o Governo deveria ser maior. E essas foram as razões maiores da sua demissão.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Gostaria de dizer o seguinte: V. Exa. já se manifestou sobre esta questão na semana passada, o Líder da Oposição também já se manifestou sobre esta questão. E a indagação que permanece agora no estado do Paraná é quem está com a razão: a Oposição, o Sérgio Botto de Lacerda, o Governo do Estado ou a imprensa que muitas vezes levanta as dúvidas em relação à lisura do Governo do Estado no trato das questões públicas? Pois bem, desta tribuna, do outro lado, no dia 1º de janeiro de 2003, o Governador do Estado do Paraná disse o seguinte: “Essa maldita herança no estado do Paraná!” - que ele havia herdado do Governo anterior. E as denúncias que fizemos ao longo do tempo, das possíveis ações na justiça, e que todas elas trariam indenizações para o Governo do Estado. E quando fala-se Governo do Estado, fala-se

povo do Paraná, das atitudes impensadas do Governo do Estado no rompimento dos contratos unilaterais, ou seja, na questão do porto de Paranaguá, seja com os transgênicos, seja com a Fazenda Syngenta, seja com a UEG Araucária, seja com a Dominó aqui na SANEPAR, enfim as mais diversas ações realizadas e promovidas pelo Executivo do Estado do Paraná e o Sr. Sérgio Botto de Lacerda era o Procurador do Governo do Estado.

Alertamos por inúmeras vezes. Aqui, na Assembleia Legislativa, já vai para o 5º ano que estamos denunciando as irregularidades que acontecem no Governo do Estado.

Na semana passada, o ex-Procurador do Governo do Estado, o seu braço direito, o seu braço esquerdo, as suas pernas, a sua cabeça, o seu tudo do Governo, ele fez as denúncias mais sérias. Acredito que um homem que tem passado pelo Governo possa fazê-las, como ele disse na sua carta, lida por V. Exa., que já repercutia, também, na semana passada, pelo Deputado Valdir Rossoni e que hoje traz à tona novamente.

Perguntamos: Quem está com a razão? Quem é que está fazendo tudo isso? Somos nós da Oposição ou são as pessoas dentro do próprio Governo? É o povo amigo ou são as pessoas que estão cansadas de sustentar um Governo da forma como está implantado no Governo do Estado?

Essas são as indagações. Foram estas perguntas que nós da Oposição fizemos hoje, para o Governo do Estado. Deixemos que a sociedade do Paraná possa concluir e fazer a sua resposta. Com toda a certeza, as pessoas vão ver que a Oposição estava correta, estava certa, quando levantamos essas denúncias.

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Obrigado, Deputado Elio Rusch, pela sua participação

Realmente, V. Exa. foi brilhante nas suas colocações e me deu uma brecha para reafirmar aqui, mais uma vez, que são os Srs. Deputados de Oposição que neste Parlamento ficam fazendo discursos inflamados. Como dizem aqueles homens de Situação: irresponsáveis, inconseqüentes! Não! O próprio Botto de Lacerda acusa ser o Governo Requião, um Governo de ladrões. Portanto, próprio amigo atirando dentro do próprio Governo.

Vou conceder aparte para democraticamente abrir este espaço ao nosso grande jurisconsulto, o eminente advogado da área de Direito Constitucional, o Deputado Romanelli, muito bem lembrado por Botto de Lacerda, para que dê esta participação no nosso pronunciamento.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Primeiro, Exa., quero agradecer o aparte e dizer a V. Exa. que até em favor do Procurador Sérgio Botto, que precisa, aliás, urgentemente, consultar um bom advogado, ele não disse que o nosso Governo é um Governo cheio de ladrões.

Deputado Traiano, até para começar a colocar esta questão nos eixos, no que tenho que ser solidário a V. Exa. É que reconheço que V. Exa., no exercício pleno do seu mandato, tem o direito de ir à tribuna, de emitir opiniões e, efetivamente, formar juízo de valor, seja sobre o que for. É a imunidade Parlamentar que prevê. Garantia que começou no Parlamento inglês, contra o poder do rei.

O episódio que acabou sendo a famosa carta, que é o empilhamento de adjetivos, único e exclusivamente do ex-Procurador Geral Sérgio Botto, ele se deve em função de alguém que teve, reconhecidamente, por conta de atos que ele praticou. Daí a conduta dele é que pode ser questionada, teve uma quebra de confiança por parte do Governador. Foi esta a razão que o levou a escrever aquela carta. Na verdade, uma carta que é um empilhamento de adjetivos, porque, absolutamente, nada tem, a não ser questionar a sua postura e a minha, por conta da nossa atividade, neste Parlamento.

Fiquei em silêncio naquele momento porque gostaria de, depois de ter lido o e-mail que ele havia enviado para o Celso Nascimento e, junto com esse e-mail tinha também a troca que ele tinha feito, epistolar, com a representante da Dominó Holding, que de fato caracteriza uma conduta que na minha avaliação não era muito correta, para que como advogado ele pudesse, efetivamente, no caso de estar ele exercendo também a função de Conselheiro da Companhia Paranaense de Energia. Mas, nosso Governo tem um começo, meio e fim. É um Governo que tem programa, tem uma atuação efetiva em favor da população mais pobre. É um Governo aprovado, a despeito do poder econômico e de uma grande parcela da mídia fazer o linchamento diário. Como o Governo é bom, mais de 80% dos paranaenses aprovam. É esta a satisfação que tenho. Ando de cabeça erguida pelas ruas e, felizmente, salvo uma pequena elite, uma minoria absoluta que combate o Governo, quero aqui sempre defender o direito de V. Exa. fazer a crítica que julgar necessária, porque o Parlamento é a Casa onde efetivamente o debate tem que acontecer.

Por isso, meu respeito a V. Exa., como Líder do PSDB e quero dizer do nosso Governo, que não se omite, o Governador Roberto Requião é um Governador que governa para a maioria do povo paranaense.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Para concluir, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte do nobre Líder do Governo, Deputado Romanelli. Para encerrar meu pronunciamento gostaria apenas de dizer que 80% de aprovação às ações do Governo não expressam a verdade. O resultado das urnas demonstrou isto. O Governador Roberto Requião atingiu a casa dos 50%, sim, 50.1 no máximo. Isto não significa dizer aprovação do Governo. E quem realmente falou, na verdade repetiu palavras do Governador. O próprio Requião diz que é de pasmar um Governo em que o próprio Governador diz só haver ladrões.

Estas foram as palavras repetidas pelo Deputado Traiano, afirmadas pelo ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda que, queria ou não, escolheu o Deputado Traiano e o nosso nobre Líder do Governo, porque no momento em que pedíamos sua renúncia, nenhuma voz do Governo se levantava para defendê-lo. Hoje, encontramos aqui o Deputado Dobrandino - com o devido respeito - para fazer a devida defesa do Botto de Lacerda, mas entendo que sua passagem pelo Governo não deixou uma boa marca.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (**Pela Ordem**)

Quero cumprimentar o Deputado Romanelli pelo elegante aparte. E V. Exa. ficou me devendo um aparte.

Queria falar um pouquinho sobre a vinda do Botto, aqui, quando com muita arrogância tratou mal alguns Deputados, fez a defesa veemente do Governo e agora faz um ataque. Então, temos que compreender melhor isto. De qualquer maneira, você na próxima vai me conceder um aparte, para eu ter a oportunidade.

Quero fazer um registro da presença do Sérgio Grapeja e sua esposa Marisa, embora já tenha sido feito pelo Elio Rusch, mas pela importância que tem para Cas-cavel e para o estado do Paraná, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença deles aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos, como de igual maneira gostaríamos de registrar a presença do Colégio Estadual Zulmira Marchesi da Silva, de Cornélio Procópio, juntamente com sua Diretora Ordinalva Souza Silva, Secretária Patrícia Graciano Geraldo, professor Paulo Marques Bonfim, a orientadora educacional Maria Bernadete Sibin e a Presidente da APMF, Márcia Fátima Mantovani.

Sejam bem vindos a nossa Casa. É um privilégio recebê-los nesta tarde. E de igual maneira, registrar a presença do Vereador e Líder da Câmara de Maringá, Mário Hossokawa. Seja bem-vindo, também, Vereador.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós já indagamos uma vez a V. Exa. e numa segunda ocasião o Deputado Augustinho Zucchi, quando estava presidindo uma das Sessões.

A Assembléia Legislativa, no dia 5 de junho, aprovou um requerimento de nossa autoria, pedindo informações ao Governo do Estado. Esse pedido de informações foi encaminhado para o Governo do Estado no dia 11 de junho, sob nº 854/07. Até o presente momento não recebemos as informações. Pergunto a V. Exa. que atitude a Mesa vai tomar em relação a esse pedido de informações que não foi respondido até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É perfeitamente pertinente a questão de ordem de V. Exa., Deputado Elio Rusch. Vou tomar as providências

imediatas. Terminada a Sessão, já entro em contato e gostaria de ter uma cópia do requerimento, coisa que V. Exa. dever ter, caso contrário eu peço, porque se a Assembléia já enviou à Casa Civil ou à Secretaria, vamos obter essa resposta imediatamente.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, encaminho a V. Exa. uma cópia do requerimento e já que temos a presença do Dr. Severo, que está na Sessão também e que é o Diretor Legislativo, então passo a V. Exa. e gostaríamos de ter a resposta para que não precisemos tomar outras providências.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pessoalmente cuidarei disso, até porque o Deputado Rossoni, Líder da Oposição, também encaminhou alguma coisa à Casa Civil e nós, no mesmo dia, já entramos em contato com o Secretário Iatauro para que ele respondesse a respeito dos cartões corporativos.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço, Sr. Presidente! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Só gostaria do requerimento, porque ainda hoje quero encaminhar à Casa Civil.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

### ***Horário das Lideranças:***

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel***

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Como Líder do PPS tenho a incumbência de fazer a leitura de uma carta aberta que representa a opinião do Partido Popular Socialista do Estado do Paraná.

(Lê):

“Carta aberta do PPS ao povo do Paraná.

A forma atrasada e perigosa de governar de Roberto Requião cansou. A crise é ética e de gestão. O Paraná já não suporta mais! Os reflexos na economia são inocultáveis, o PIB do Paraná cresce abaixo das taxas nacionais desde 2003. O Paraná tem, no período de Requião, o pior desempenho de volume físico produzido pela indústria estadual e isso na contramão da indústria nacional, que revela crescimento no período. Apenas em 2006, a indústria paranaense recuou 1,6%. A queda tem relação direta com a ausência de políticas públicas para os dois setores que mais influenciaram na queda: indústria madeireira e automotiva. Com isso, o Paraná perde os empregos das empresas que se obrigam a migrar para outros estados.

A venda do comércio varejista apresenta crescimento inferior à média nacional; o setor de agronegócios

sofre com a política radical de combate aos transgênicos, e todo o cenário se agrava com a gestão reconhecidamente caótica do porto de Paranaguá. Não há qualquer novidade no setor de infra-estrutura, aliás, a grande novidade é a falta de investimentos públicos. A ParanaPrevidência não recebe os repasses do estado desde maio de 2005, somando R\$ 800 milhões de assalto ao patrimônio do servidor público.

A SANEPAR parou à espera da interminável briga judicial com o Consórcio Dominó. A COPEL também é prejudicada por brigas e aventuras. O UEG Araucária e o pedágio, a Oposição aliás preocupa-se muito com o passivo que será deixado por este Governo. Entre outros tantos casos é preciso citar o Itaú, a Syngenta, o pedágio, o Consórcio Dominó, rompimento unilateral de contratos, exportadores e operadores portuários contra prejuízos decorrentes do bloqueio a transgênicos.

No período Requião, a arrecadação quase dobrou no Paraná, mas o índice de investimento público caiu, o Governo preferiu investir no inchaço da máquina pública, em especial na elevação brutal de cargos comissionários - muitos, é importante citar - preenchidos por dezenas de parentes de um Governo assumidamente nepotista. Mas é preciso reconhecer na outra ponta que bem ou mal Requião venceu as eleições de 2006 por ínfima margem nos pequenos municípios, mas venceu.

Agora, a vitória nas urnas não é carta branca para fazer o que bem entende, e o que mais interessa neste momento, vitória na eleição não é a senha para protagonizar para a história um período marcado por escândalos de corrupção. Por onde se olha há casos de corrupção. O próprio Governador andou desabafando que no Governo dele só tem ladrão. É o caso da SANEPAR, CEASA, agora DETRAN, do Secretaria da Saúde, da Secretaria da Educação, da Imprensa Oficial, da indústria dos aditivos na Secretaria de Obras, dos gastos indevidos em publicidade, do escândalo do cartão corporativo, das verbas milionárias para as ONGs. E Requião sabe de tudo e é omissos, disse com todas as letras, o seu ex-homem forte e de confiança, Sérgio Botto de Lacerda.

É bom acrescentar o que a imprensa acaba de divulgar como mapa do crime, apontando onde e como se dão os desvios éticos e criminosos do Governo. No mínimo é preciso apurar com um cardápio tão variado de escândalos, com fatos determinados. Só mesmo a CPI da Corrupção pode dar uma resposta a esse mar de lama no Governo Estadual, apenas a CPI tem força política para apurar essas denúncias, sobretudo neste momento de terror político do Governo Requião, com aparelhamento político da máquina pública, uso indevido da Televisão Educativa, como reconheceu a Justiça, gravações clandestinas patrocinadas por estado policial, ataques e intimidação da imprensa livre, tentativa de cercear o trabalho do Ministério Público neste ambiente de viés chavista, como se reconheceu recentemente em decisão do Tribunal de Justiça. Só mesmo a CPI da Corrupção, comandada por um Legislativo independente, pode reve-

lar ao Paraná a verdadeira extensão dos desvios éticos e morais que estão sendo denunciados. Aí também a gravidade, por gente do próprio Governo.

Cabe, portanto, uma frente de oposições e partidos, entidades e a sociedade paranaense com objetivo de estancar tantos desmandos que já prenunciam um futuro nada promissor para o nosso estado paranaense.

Assinado: PPS - Paraná."

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PR/PRB/PV.

(**Declina**)

Democratas.

(**Declina**)

No Horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dar as boas-vindas aos estudantes de Cornélio Procópio, onde tive o privilégio de morar 9 anos. Quero saudar a Diretora Reginalda Silva, o professor Paulo Bonfim. Sejam bem-vindos!

O assunto que nos motiva vir à tribuna é sobre a fraude do leite que todos os brasileiros bebem. O leite fraudado com água oxigenada e soda cáustica, visando fazer com que o produto tenha mais tempo de duração, engordando ainda mais o lucro dos grandes proprietários das usinas de pasteurização deste país.

Quantas vezes tomamos um copo de leite e dá uma diarreia imediata. Quantas vezes tomamos leite e vem aquela queimação no estômago. E o mais grave, muitos analistas concluíram que esse leite criminosamente adulterado, fraudado, pode até matar. É possível que muitas pessoas estejam hoje no cemitério porque morreram de doenças provocadas pelo leite.

Essas usinas de pasteurização já ganham milhões. Muitas vezes, com dificuldades, suado, o pai compra o leite, e mal sabe o pai que está levando para casa um leite contaminado. De repente, vem o Governo dizer que o leite não tem problema. Outro dia, um Diretor da Parmalat disse que eram apenas 200 pacotinhos de leite que estavam contaminados. Mas, na verdade, poderiam ter contaminado 200 famílias, contaminado mais de 1000 pessoas. Para ele é pouco 200 pessoas.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Já ouço V. Exa. fazer comentários sobre esse assunto por duas vezes nesta tribuna.

Tem razão V. Exa! Mas a única coisa que temos que ter cuidado é que, daqui a pouco a Parmalat é capaz de colocar a culpa nos produtores de leite. No leite que sai da

propriedade. No leite que é tirado pela família que está ali trabalhando com as forças da mão-de-obra familiar.

Se há alguma alteração, e foi comprovada, é exclusivamente de responsabilidade das indústrias que, de forma criminosa, alteram as características do leite natural para colocar em risco muitas pessoas, crianças inclusive que, obviamente, se alimentam deste que é um alimento fundamental para todos nós.

Agradeço o aparte e V. Exa. está certo. Não dá para suportar a hipocrisia desses grandes empreendimentos da área do laticínio que, agora, querem colocar a culpa aqui ou acolá. Era só um pouquinho de leite, era não sei o quê, mas olha, se fosse um litro só, o ato já seria criminoso. Tem razão V. Exa!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado!

Lembrando que Parmalat significa: “Parma” é uma região rica da Itália e “lat” vem de leite, ou seja, leite de Parma. Na região de Parma dá gosto comer queijo, beber leite, e as pessoas da Parmalat, lá da Itália, não vão apromptar isso.

Não tem muito tempo, a Parmalat se envolveu num grande escândalo financeiro no Brasil e imaginávamos que o escândalo ficasse restrito, apenas, a parte tributária, fiscal, financeira, mas estamos vendo que eles não têm nenhum respeito. A impressão que dá é que esse pessoal de Parma, na Itália, está imaginando que o Brasil é um país de 5º mundo, onde se pode adulterar o leite. Eles devem pensar: “pode adulterar o leite, pois esse povo é analfabeto, ignorante. Qualquer porcaria serve. Eles vão engolir qualquer porcaria.” Meu Deus do céu, quando fãmos imaginar que chegaríamos num supermercado e ao pegar um pacote de leite com a marca, com a grife Parmalat, saberíamos que a Parmalat, a exemplo de outras cooperativa, estava adulterando leite na madrugada.

Sras. e Srs. Deputados, nosso comitê de imprensa, ainda ontem, o engenheiro químico que adulterava o leite, nas madrugadas, confessou que já fez isso para mais de 20 cooperativas no Brasil. O papel assassino do engenheiro químico era alterar, fraudar o leite, colocar água oxigenada e soda cáustica no leite que nós bebemos. Quando o repórter do Fantástico perguntou ao cidadão se ele beberia o leite com soda cáustica, ele respondeu: “Não, eu não beberia!” Criminoso maldito! Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Qual é a punição para alguém que coloca soda cáustica no leite? Eu aprendi, desde criança, que não poderíamos nem chegar perto da soda cáustica, tamanho o efeito catastrófico que ela pode fazer, que pode até matar. E saber que agora, visando lucro, visando mais dinheiro, não estavam respeitando a saúde e a vida do povo brasileiro.

Lamento, Sr. Presidente, que um engenheiro químico tão criminoso, que fraudava o leite, ainda vire artista do programa Fantástico, um programa de grande repercussão nacional. Nós vamos esperar, aqui, vamos continuar vigilantes, na expectativa que o Governo não se

limite apenas a dizer que o leite não está contaminado, porque o próprio fraudador do leite confessou para os jornais, para as rádios, para as televisões, que ele fraudava o leite, que colocava água oxigenada e soda cáustica no leite. O dono da indústria de pasteurização do leite, com certeza, não bebe, não chega nem perto do leite com soda cáustica. Para nós consumidores, o crime deles era mais do que natural, porque o objetivo deles é apenas engordar o bolso, o patrimônio dessas usinas, à custa dos efeitos malignos que o leite fraudado, contaminado, vem causando e já causou há muitas pessoas neste nosso Brasil.

Como Deputado eleito pela base popular, pedimos e esperamos que o Governo puna, tome todas as providências, as mais drásticas possíveis, para evitar que estrangeiros venham vender leite fraudado, contaminado, que pode matar o nosso povo. O brasileiro não é cobaia! O brasileiro tem direito de ter vida saudável, ter saúde e jamais ter a sua saúde prejudicada pelo crime que esses bandidos praticam, fraudando o leite consumido pelo povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT.

(Declina)

Consulto a Liderança do PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Meus amigos, meus caros Deputados, Deputado Belinati, não sei se choro ou se rio. Não sei o que faço na tribuna neste momento. Preparei um monte de documentos para falar e debater, aqui, com os Srs. Parlamentares. Algo importantíssimo para os servidores deste estado. Mas, Deputado Douglas, V. Exa. que é um jovem Parlamentar - perdi a vontade! Perdi a vontade, Deputada Rosane, espero a força da mulher. Porque acontece nesta Casa, não sei o que temos que fazer para melhorá-la, sinceramente. O que vamos fazer para que os Parlamentares se indignem com o que está acontecendo com o Paraná, Deputado Praczyk? Não sei mais o que fazer e não consigo. Estão aqui documentos, Deputado Praczyk, um demonstrativo, que vou deixar para outro dia, quando esta Casa tiver o espírito de ouvir que o estado não cumpre com as suas obrigações e não contribui com a ParanaPrevidência, como disse o Deputado Douglas, que foi objeto de nossa conversa, hoje de manhã. O Governo do Paraná está com um rombo, uma dívida com a ParanaPrevidência de 800 milhões, mas não é assunto para o momento.

Todos sabem o que aconteceu na semana que passou. O ex-Procurador Geral do Estado, Botto de Lacerda, dizendo que o próprio Governador confessa que o seu Governo está repleto de corrupção. O próprio Botto de Lacerda confirma que o Governador fugiu para debaixo da

cama e desapareceu. Não toma atitude. Disseram que tem uma reunião às 03h00. Não vou falar muito, porque vou para a igreja, para um templo, orar para o Governador. Espero que ele tenha a mesma coragem, como ele sempre teve, de agredir os seus adversários, de colocar as “ratazanas” para fora do seu Governo. Porque se ele confessa que tem corrupção, imaginem nós que estamos propondo a CPI da Corrupção! Imaginem o que nós sabemos!

O meu gabinete, eu já disse, é uma central de denúncias, não é mais um gabinete parlamentar, é só denúncia, não vejo nada.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Permite-me um aparte, Exa?

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Logo a seguir.

O pior que está acontecendo, Deputado Douglas, é que estamos propondo a CPI da Corrupção, porque não temos como fixar um assunto só, por serem tantos, não há como. O pior está acontecendo nos bastidores e é importante que a imprensa e que os Srs. Parlamentares saibam. Sabem qual é a forma para segurar a nossa CPI? Estão subscrevendo 5 CPIs para serem colocadas à Mesa e não poderemos levá-las à Mesa, porque só podem subscrever cinco.

Peço aos Srs. parlamentares, há de haver um momento em que esta Casa vai se indignar com estas atitudes. Há de haver um momento em que o legislativo desta Casa, não vai mais ser capacho do Palácio Iguaçu. Eu tenho esperança. Espero dos Srs. parlamentares que me ouvem, que mais do que um pronunciamento ou menos do que um pronunciamento, é um lamento que faço aqui neste momento de tristeza, de algo que não dignifica este Parlamento.

Sr. Presidente, Nelson Justus, nutro por V. Exa. o maior respeito, mas quero dizer que não há como exercer a função de Líder do Governo do jeito que estão as coisas. V. Exa. disse muito bem, há pouco, que recebeu da minha pessoa os documentos encaminhados pelo Chefe da Casa Civil, dos cartões corporativos. Ele teve a coragem de encaminhar à Liderança da Oposição e aos Deputados da Oposição, o valor dos gastos que não são poucos, 18 milhões. E uma relação de 10 mil servidores que só diz o número, não diz para onde viajou, o que fez. O pior, as informações dos gastos do primeiro escalão não são 18, são 45 milhões, porque há dois tipos de gastos, é importante fixar isso: o cartão é para o servidor, as despesas com ressarcimento são para o primeiro escalão. Ficaram hospedados o mês inteiro no Hotel Bourbon em Foz do Iguaçu, porque não é possível!

Aí, Sr. Presidente, que quero dizer: espero a reunião do Governador hoje, ainda tenho esperança que ele tome medidas. Mas, espero que pelo menos os Srs. Parlamentares encaminhem essas CPIs laranjas que estão aí para obstruir a nossa, que encaminhem para a Oposição assinar também. Não precisa fazer nada escondido. Aqui no Legis-

lativo não há como. Agora, mesmo o Líder foi à imprensa e afirmou que não estava colhendo assinaturas. E Parlamentares me confessaram que subscreveram em CPIs que nem sabiam o que era e depois retiraram suas assinaturas.

Qual é o objetivo dessa proposição de CPI? É obstruir o trabalho da Oposição. O que a Oposição quer? Não queremos destruir esse Governo, ele não tem mais futuro, ele não tem mais amigos. Governo não pode ter amigos, mas há de se haver solidariedade. O que vejo aqui, Deputado Elio Rusch, é uma coisa que não é concebível para o ser humano: o sorriso disfarçado de que o Botto de Lacerda “danou-se”. O Botto de Lacerda é “a bola da vez”. Agora todo Governo bate no Botto de Lacerda. Por quê? Porque ele vai ser o “bode” que colocaram na sala da Oposição. Parece que agora, pelo que estou sentindo, o Botto de Lacerda é propriedade da Oposição. Não o conheço pessoalmente, estive aqui, Deputado Douglas, V. Exa. viu e observou a arrogância desse cidadão, parecia o dono da verdade, o todo poderoso. Tenho muita dificuldade, porque sou uma pessoa muito humilde, mas tenho coragem, sim, e fico irritadíssimo quando vejo um cidadão sentado, Sr. Presidente, ele sentou com uma arrogância e nos tratou de uma forma que considero desrespeitosa.

E agora, pergunto: ele mentiu naquele dia ou na carta que mandou para o Governador? Quando ele mentiu? Porque ele mentiu, ele trabalhava no Governo e intermediava negociações do Governo. Isto é corrupção? Onde está o Governador que não se pronunciou sobre esse fato? Qual a cama do Canguiri que o esconde? Deputado Zucchi, é cama de casal? De solteiro? De criança? É um quarto escuro? É adega? Onde está o Governador para responder sobre o seu ex-Procurador Botto de Lacerda?

E aí, Deputado Praczyk, com todo respeito que tenho por todos os Parlamentares, corre nos bastidores a assinatura de CPIs laranjas para obstruir o trabalho da Oposição. Estou aqui há 16, 17 anos, até já anunciei, nunca mais volto aqui, porque não sou mais candidato a Deputado Estadual, mas eu ainda espero, Deputado Bertoldi, que a Assembléia, desta Casa me dê, se é que tenho algum direito, me dê este presente: não subscrevam CPIs laranjas, não façam isto, isto depõe contra nós, é por isto que não conseguimos andar na rua e dizer que somos Deputados. Nada contra o Governador, mas o assunto é tão grave, os atos de corrupção do Governo são tão graves que mereceriam uma coletiva do Governador. O Governador que marcasse uma coletiva e expusesse aos paranaenses o que ele acha certo, o que ele acha errado, quem ele vai demitir, o que o Botto falou de verdade, o que o Botto faltou com a verdade. Não, desapareceu, desapareceu! E aí nós ficamos aqui com todas essas atitudes do Governo que merecem explicação.

Sr. Presidente, eu concluo aqui a minha fala, porque o Líder do Governo está me pedindo um aparte e eu gostaria de concedê-lo, mas eu reservo o meu horário da Liderança da Oposição para falar logo após o pronunciamento do Líder do Governo, porque tenho certeza que o próprio Líder do Governo vai trazer as explicações a esta

Casa, hoje ainda, para que o Paraná não viva este momento triste que está vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezado Deputado Valdir Rossoni.

Eu ouço, Sr. Presidente, o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni e sinceramente parece que estamos tratando de uma outra pessoa que não viveu o que ele viveu na vida, porque não é possível - ou o povo paranaense e esta Casa aqui, as pessoas têm memória curta, ou então não é possível que o Líder Valdir Rossoni vá à tribuna e faça os ataques que ele faz e fale de corrupção da forma como ele fala - se não tivesse sido ele Líder do Governo Jaime Lerner aqui nesta Casa. E me desculpe, Deputado Nelson Justus, nada a ver com a nosso ex-Governador Jaime Lerner, só foram as ações que ele, Valdir Rossoni, comandou aqui nesta Casa. E V. Exa. sabe, privatização do BANESTADO, privatização das rodovias com este pedágio absurdo que o Paraná paga, privatização da COPEL, privatização da gestão da SANEPAR, sem falar no montante enorme de um grande passivo que nós temos.

Então, olha, Deputado Waldyr Pugliesi, eu sei que eu, como Líder do Governo, tenho que ter uma postura de maior tolerância, de ouvir as coisas aqui e poder, efetivamente, não responder - que é fruto da minhas descendência de neto de italianos, que chegaram aqui neste nosso país, interior de São Paulo e depois norte do Paraná, mas eu não consigo, sinceramente, não consigo porque fui Deputado aqui nesta Casa durante um período, combati este Governo e sei o que combatemos aqui. Por isto que eu, sinceramente, acho que a hipocrisia, quando é demais, ele vira bicho e come o hipócrita. Acho que há limites que são os limites aceitáveis da ética e da conduta que temos que ter na vida pública.

Quero dizer ao nobre Deputado Marcelo Rangel: V. Exa. chega a esta Casa neste período, não tem esse passivo, então com V. Exa. eu até debato de outra forma e posso responder a V. Exa., está errada a carta escrita pelo Rubens Bueno, está escrita errada, me desculpe. Eu até entendo o Rubens Bueno, o conheço a vida toda, foi uma pessoa por quem sempre tive o maior respeito, mas entendo, ele está ressentindo, perdeu as eleições, esperava ter uma grande votação, que pelo menos saísse com um grande ativo, do ponto de vista eleitoral, para utilizar uma linguagem que o Líder da Oposição conhece bem. Ele esperava sair com esse ativo e não saiu, porque tivemos a candidatura do Osmar Dias que ficou, ele sim, avançado do ponto de vista político. E hoje se tentar criar

um 3º turno nas eleições aqui no Paraná é uma tentativa que me parece absolutamente despropositada.

O Líder da Oposição fica irritado quando me vê, eu tenho percebido isto, ele e o Celso Nascimento, jornalista que assina uma coluna que era antigamente do jornalista Fábio Campana, agora eles diariamente criam uma notícia. Não vou usar o termo factóide aqui porque alguém já me disse que isso é exclusivamente do César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro, então não vou mais falar em factóide. Criam uma notícia inverídica e querem pautar, olhem aqui, vejam o despropósito hoje, ele vai esperar a reunião do Governador Requião com o secretariado para poder decidir o que vai falar e fazer! Ora, sinceramente, como se ele tivesse a pauta da reunião, da discussão que o Governo trava em relação ao desenvolvimento das políticas públicas, como se na verdade o Paraná fosse governado pela pauta política dos meios de comunicação!

V. Exas. conhecem o Governador Requião, sabem que ele levanta cedo todo dia, trabalha a favor do interesse público, Deputado Rangel, o senhor viu outro dia nesta tribuna aqui, não fui eu quem falou, foi o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que V. Exa. inclusive apoiou para ser Presidente da Federação, Rodrigo Rocha Loures. Ele veio aqui e disse: "O Brasil vai crescer 5% este ano, graças ao Presidente Lula, e o Paraná vai crescer 10. No ano que vem vai crescer mais 10!" Nós podemos crescer 10% ao ano em cada ano, por conta da dinâmica da economia do estado do Paraná. Claro que tem muita gente que não gostaria que nós fossemos comemorar agora, inclusive muito provavelmente, Deputado Augustinho Zucchi, com a presença do Ministro do Trabalho, Carlos Luppi, que vem ao Paraná comemorar os 500 mil empregos novos, criados com carteira assinada. Não é dado de propaganda como havia no Governo anterior, é dado do CAGED, do cadastro, números que foram criados! Quinhentos mil de 2003 para cá! Esses dados eu sei que incomodam muito as pessoas!

Agora, a nossa economia, a nossa sociedade tem grandes desafios e temos que reconhecer que todo Governo tem, pontualmente, um problema aqui, outro ali, mas o nosso Governo é um Governo que tem fio condutor, é um Governo que tem uma dinâmica própria de desenvolver as políticas públicas a partir da ótica da maioria da população e não para servir a elite, servir os grupos econômicos! Como diz o Waldyr Pugliesi, a minoria branca que no Paraná, é verdade, é 78% porque 22%, Deputado Pugliesi, da população é afro-descendente.

O fato é que nós temos uma população que está desenvolvendo, um estado que está trabalhando, está crescendo. Eu já disse aqui nesta Casa que quem anda pelo Paraná não consegue reconhecer no nosso estado os discursos que os principais Líderes da Oposição fazem, não conseguem! As empresas crescem, geram empregos, nós estamos implantando plantas industriais em todas as regiões do estado, estamos superando as travas que impedem o desenvolvimento regional em muitas das regiões.

O nosso Plano Plurianual que esta Casa vai votar, que é o planejamento do que vamos fazer no próximo quadriênio, esse Plano Plurianual é justamente um marco na superação dessa desigualdade social e ao mesmo tempo das desigualdades regionais. Estamos reorientando o Banco Social para investir também na agricultura, aumentando para R\$ 10 mil os financiamentos. É um conjunto de intervenções que vamos fazer. Já fizemos, inclusive, um instrumento importante, que foi adequar o capital social da Agência de Fomento, autorizamos esse aumento e serão programas importantes que estão sendo desenvolvidos, especialmente na área da agricultura, até para poder, de fato, fazer com que possamos superar muitas das questões do modelo econômico que é concentrador de renda e gerador de miséria e de desemprego. Temos que ter a capacidade política de poder enfrentar esse desafio.

Por isso, quero dizer que o discurso feito pelo Líder da Oposição está se tornando até chato. É o discurso de uma pessoa só, pautado pelos meios de comunicação para tentar criar diariamente uma notícia contra o Governo. Espero que a experiência de vida, de luta, de combate, faça com que este Líder possa restabelecer-se do ponto de vista do seu equilíbrio, da sua capacidade de análise, da superação de eventuais procedimentos e possa, de fato, readquirir o equilíbrio para poder fazer uma Oposição em que possamos debater com profundidade os temas que, como V. Exa. sabe, eu não tenho me negado a debater, quando os temas são pontuais e necessários.

V. Exa. sabe que, como Líder do Governo, temos tido uma bancada muito forte, atuante, os companheiros das Bancadas do PMDB, PT, PMN, do PSDB, PTB, PR que nos apóiam, Parlamentares que até da Oposição têm tido uma capacidade de compreensão, do Bloco Independente, que muitas vezes tem votado conosco, analisado projetos importantes. Penso que esta Casa tem que readquirir a capacidade de fazer a discussão política, mas a partir de um plano elevado da política, porque se formos partir desse nível que estamos discutindo aqui, vamos caminhar por um caminho muito ruim. E como diz o poeta espanhol: “O caminhante, é caminhando que ele aprende e faz o caminho.” Temos que tomar cuidado onde estamos pisando para não trilhar o caminho errado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Líder Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Nelson Justus, tem algum horário de liderança depois do horário da Liderança da Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Depois da Liderança da Oposição tem a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fiquei entusiasmado quando o Deputado Romanelli, do alto da sua sabedoria, subiu à tribuna. Digo, agora vêm as explicações, porque senti que ele estava um pouco preocupado. Mas, qual é o esclarecimento que trouxe aqui o Líder do Governo sobre um questionamento levantado por um Parlamentar? Nenhum! Lembra que fui Líder de Governo. Nunca neguei, fui Líder do Governo, aqui. Lembra do ex-Governador Jaime Lerner e ataca seus próprios companheiros, porque quando ele lembra do Governo Jaime Lerner, e vou ser repetitivo, ele lembra da metade do Governo, do Requião, que foram e são hoje, seus Secretários. Melhor que essas pessoas para dar explicações do Governo Jaime Lerner, Deputado Reinhold Stephanes, são as pessoas aliadas ao Requião, como V. Exa. e como outras pessoas que hoje são seus Secretários. Não é o Deputado Rossoni, que não viveu como executivo, dentro do Governo.

Deputado Romanelli, eu estava ali dando atenção à imprensa, não sou pautado por ninguém e jamais serei pautado por V. Exa., também. Agora, pode ter certeza absoluta que o dia que V. Exa. subir àquela tribuna e trazer explicações, me contar por que o Governo fugiu de trazer os esclarecimentos das acusações feitas pelo Dr. Botto de Lacerda, V. Exa. não estaria aqui tendo um opositor tão ferrenho.

A hora que V. Exa. subir àquela tribuna e dizer: “Olha, as TVs laranjas foram compradas dessa maneira: com pen drive, sem pen drive, com laranja, sem laranja, com cartão de leitura, com USB”; quando V. Exa. trouxer as informações dos cartões corporativos, vou agradecer. A hora que trouxer as informações sobre as ONGs e não distorcer, como está querendo distorcer na imprensa, V. Exa. e o seu Governo, querendo dizer que o Deputado Rossoni e a Oposição não querem que as APAEs recebam os recursos, nunca se falou em APAE aqui, o que se falou foi em ONGs.

Deputado Dobrandino, V. Exa. participou da audiência Pública feita pelo Deputado Rangel, se não me falha a memória, na Comissão de Fiscalização, aonde veio o IBQP. O IBQP recebeu deste Governo R\$ 25 milhões para fazer o quê? Se o Líder do Governo subir àquela tribuna e disser: “Não, ele fez, executou esses serviços”.

Mas, quero dizer Deputado Dobrandino e, sei que V. Exa. e todos os Parlamentares que estiveram lá, nós saímos de lá não sabendo de nada, do mesmo jeito que entramos. A grande dificuldade que tivemos na Audiência Pública foi fazer com que o responsável pelo IBQP falasse o valor que foi gasto com o contrato com o TECPAR. Meu Deus, para arrancar aquele valor do cidadão foi assim, depois de duas horas de debate. Parecia que aquilo era algo muito secreto. Por quê? Porque não há justificativa para o injustificável.

Por essa razão, quero dizer aqui ao Líder do Governo, nesta segunda-feira: a minha indignação tem justificativa, sim. Se V. Exa. não compreende, o que

posso fazer? Pensamos de forma contrária. Agora, se V. Exa. não trouxe aqui as informações que são devidas, pode ter certeza, com equilíbrio, sem equilíbrio, com emoção, sem emoção, com o coração, sem o coração, estarei aqui, no meu lugar, tentando buscar as informações. Não quero ir para casa sem essas informações.

As agressões que sofri daquela tribuna, de hipocrisia, de coisas se referindo à minha pessoa, quero dizer que isso não me atinge. Jamais vai me atingir. Ficarei feliz como Parlamentar o dia em que não estiverem colhendo assinaturas de CPIs laranjas. Ficarei feliz aqui e virei agradecer quando subirem naquela tribuna e informarem o que estamos pedindo. Nada mais do que isso. As outras considerações, podem fazer esses discurso: 15h, tinha reunião no Palácio Iguaçu. Sim. O Palácio Iguaçu é público. Os servidores que estão lá são pagos com o nosso dinheiro. Esperamos que tenha bons resultados e que o Governador saia debaixo da cama, porque ele está escondido e não dá explicações ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Líder do PMDB, Waldyr Pugliesi, fará uso do horário da Liderança do Governo.

### ***Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Plenário da Assembléia Legislativa cumpre com sua obrigação. Os Governos são constituídos e eles recebem apoios e se formata, também, uma Oposição. Então, o que chama a atenção, Sr. Presidente, é que coisas que foram praticadas ou mal feitas são esquecidas propositadamente. E aí se procura jogar para aqueles que estão do lado contrário, a culpa de tantas e tantas coisas. Por exemplo, o Deputado Valdir Rossoni me parece que é adivinho. Ele tem o dom de, antes de as coisas acontecerem, já sabe o que é que vai acontecer. E ele vem com um carimbo. As “CPIs laranjas” que o Governo está tentando fazer.

Primeiro, que o Governo está lá, e aqui a Liderança do Governo, a Bancada do PMDB tem autonomia suficiente para determinar seus próprios rumos. Mas, porque “CPIs laranjas?” Será que ele está lembrando das “CPIs laranjas” que eles atropelaram, na sua feitura, no passado, para impedir que pudéssemos fazer a CPI em relação ao pedágio, que era o grande problema que nós estávamos vivendo aqui no Paraná?

Então, é assim. Hoje, por exemplo, quando meu partido, a nossa bancada retoma a discussão em relação ao pedágio, porque agora ficou definitivamente comprovado que as tarifas praticadas pelo pedágio são altíssi-

mas, são abusivamente altas, todos eles se esquecendo do passado, são favoráveis à diminuição das tarifas que foram implantadas, em última análise, por aqueles que deram sustentação ao antigo Governo.

Então, como é que ficam as coisas? Estão fazendo o reconhecimento de que estavam errados e que o Governo Requião, o Requião, especificamente, estava correto em travar esta batalha contra aqueles que espoliaram e continuam espoliando a economia do Paraná, que sangra. Bilhões foram arrecadados e milhões foram reinvestidos.

Então, as questões são certamente sempre olhadas pela angulação daqueles que acreditam em determinadas coisas. Chamar o Requião de covarde, de omissor, que ele está escondido, ora! É um exagero! É um exagero verbal! Um homem que enfrenta os grandes bancos nacionais e internacionais, um homem que enfrenta o agronegócio, um homem, como já falei, que tem coragem de ficar ao lado dos pequenos na questão do MST, como é que pode ser chamado de covarde, de medroso e de omissor?

Apontem-me alguém neste país que teve a coragem de fazer o enfrentamento que o nosso Governador sempre fez antes de ter os mandatos que conquistou através de apurações legítimas, conquistadas como na última campanha, contra um enorme esquema das classes dominantes daqueles que têm no lucro o maior objetivo das suas vidas!

Então, TVs laranjas, vi milhares de explicações serem dadas aqui! Então, nada satisfaz a sanha denunciadora da Oposição. Parece-me muitas vezes que estou vendo a antiga UDN na época em que todos nós éramos tachados de comunistas e inimigos do Brasil, porque queríamos defender a liberdade de imprensa, a organização das mulheres, dos estudantes, dos pobres e dos sindicatos. Nós éramos os inimigos do Brasil, como agora vemos o quê? O medo que procuram jogar dentro da sociedade em relação a um Governo que não tem força, a não ser a força da transformação que procura fazer, que é o Governo venezuelano. Estão com medo do regime da Bolívia! Precisam fabricar medos para a sociedade se aliar, para que as coisas não mudem, para que os privilégios não sejam atacados, para que os privilégios não sejam feridos, para que eles possam permanecer intactos.

Olha, falar desse IBQP, das consultorias que existiam, elas foram afastadas porque se gastava muito. Fez-se um convênio do DER com o TECPAR, que não tendo no momento as condições objetivas para realizar o imenso trabalho que precisa ser feito, fez-se valer do IBQP e isso parece que uma coisa extraordinária aconteceu no sentido de fazer com que o Governo seja jogado para baixo. Na realidade, a Oposição todos os dias pinça determinado assunto e joga para a população para ver se essas coisas acabam embrenhando na maneira de sentir e de pensar da nossa população.

Portanto, estamos aqui e falei isso na tribuna outro dia, a carta trazida à lume pelo ex-Procurador Sérgio Botto de Lacerda, na realidade não traz concretamente

um fato que possa ser pinçado e ser jogado para análise de todos nós. Mas, esperamos que todos possam fazê-lo de maneira mais concreta, mais visível, porque o Governo Requião, de maneira constante e permanente, faz o seguinte: havendo qualquer denúncia, mesmo que seja verbal, que tenha vindo de dentro do Governo ou de fora do Governo, essas denúncias são levadas em conta e são encaminhadas pelo próprio Governador do Estado à Polícia Federal, se for o caso, ou ao Ministério Público também se for o caso.

Então, o Deputado Rossoni, Parlamentar combativo que faz todos os dias a prática da sua obrigação, afirma determinadas coisas, muitas vezes que precisam também ser ouvidas e devolvidas por nós.

Ele diz assim: “Ninguém vai pautar o meu pronunciamento, o meu rumo, o meu caminho”. E nós? Nós do Governo não somos pautados pela Oposição. De minha parte, acredito que da parte de todos os nossos Deputados, temos ouvidos para ouvir, e eu já falei isso aqui, para ouvir, para aprender e para avançar, muitas vezes para se corrigir. Então, de minha parte, não existe de maneira nenhuma, por exemplo, má vontade em relação à Oposição, que eu acho necessária sempre, porque a unanimidade, como dizia Nelson Rodrigues, é burra. Agora, nós do PMDB, nós do Governo Requião, não temos que fugir de batalha nenhuma. E a estratégia nossa, no momento, é nos armarmos com respostas convincentes para todos os Deputados e para a população.

Então, não sei porquê que estranham quando tenham impingir uma CPI chamada da corrupção, e ao mesmo tempo tentam impedir que o Governo, através dos seus membros, se for essa a vontade do Governo e nossa, possam também fazer a implantação das CPIs que julgarmos necessárias e oportunas.

Não sei porquê o Rossoni está surpreso com a facilidade com que o Governo tem as assinaturas necessárias para, se for o caso, fazer a implantação de CPIs, que no meu entendimento poderiam levar a esclarecimentos que há muitos anos precisam ser feitos neste Paraná.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, solicitando renovação da licença para tratamento de saúde por 20 (vinte) dias, a partir de 05 de novembro do corrente ano, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 349/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a instalação da Biblioteca Cidadã, no município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 350/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, um Termo de Cooperação Técnico e Financeiro celebrado entre o estado e a Pastoral da Criança (AAPAC - Associação dos Amigos da Pastoral da Criança).

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 516/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina de Dom Bosco o Centro de Sócioeducação de Ponta Grossa - CENSE II, Núcleo Pitangui. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei).**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a HOFTALON Centro de Estudos e Pesquisas da Visão, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 662/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC, Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Castro - PROVOPAR, com sede e foro no município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

**1ª Discussão****ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 198/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto apresentado pelo Deputado Edson Strapasson visa autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, com o objetivo de atender vários municípios paranaenses.

Inconformado com o parecer do nobre Deputado Douglas Fabrício e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça que rejeitou o projeto supracitado, apresenta o postulante o presente recurso.

**Fundamentação**

Acerca do tema, a Constituição do Estado do Paraná assim estabelece:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar.*

Assim, afere-se a legitimidade da presente proposta legislativa.

O projeto de lei em questão tem o objetivo de criar um novo Batalhão da Polícia Militar, o que acarreta, inevitavelmente na mudança dos efetivos da Polícia Militar, o que, conforme acima exposto, incumbe a Assembléia Legislativa disciplinar.

**Conclusão**

Diante do exposto, e tendo em vista as razões elucidadas no recurso interposto, verifica-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 198/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O artigo 53 da Constituição Estadual, diz: *Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar.*

Considerando o contido no artigo 53 da Constituição Estadual, ciente da legalidade do assunto proposto pelo presente projeto de lei;

Considerando a necessidade de se estar buscando sempre o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança do Estado na busca de oferecer maior segurança possível para a população do nosso Paraná. O Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, abrangendo os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná terá a incumbência de manter a ordem e a segurança preventiva nesses municípios. Foi uma feliz iniciativa do nobre Deputado Edson Strapasson.

Assim, como o projeto é autorizatório, não interfere na autonomia do Governador e nas suas prerrogativas, nosso parecer é favorável à sua tramitação e aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 198/07

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como autorizar o Poder Executivo a criar novo batalhão na corporação da Polícia Militar do estado.

Aos 23 de maio do ano corrente, tal projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, mas devido a recurso regimental obteve êxito após novo parecer, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 24.09.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Governo do

Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Filantrópico no município de Toledo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/07, de 13/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 678/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a construir o Hospital Regional Filantrópico no município de Toledo, com o objetivo de atender a população residente nos 18 municípios que integram a 20ª Regional da Saúde.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 678/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Duílio Genari, o presente plano de lei autoriza o Governo do Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Filantrópico no município de Toledo.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que: todo paciente deve ser atendido com atenção e respeito, em local e ambiente digno, limpo, seguro e adequado para o atendimento.

A construção do hospital irá beneficiar toda a população do município, proporcionando uma maior assistência a todos.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 678/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber se está marcado o depoimento do Promotor Dr. Fuadd na quarta-feira aqui?

Parece que forças ocultas não querem a vinda do Promotor aqui.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas respondendo o Deputado Jocelito Canto, não existe nenhuma força oculta tentando impedir a pre-

sença do Promotor. Estamos apenas confirmando para quarta-feira o horário e o local aqui nesta Casa, porque existem outras reuniões agendadas com antecedência.

Temos certeza que iremos agir de forma transparente, imparcial, democrática, ouvindo sempre qualquer pessoa que queira se manifestar nesta Casa, quanto mais um membro do Ministério Público do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

Gostaria de chamar a atenção dos Deputados para um trabalho que está sendo feito pela Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia.

Eles bateram na porta da Comissão de Saúde desta Casa e promovemos uma reunião com o Presidente Nelson Justus, com intuito de mobilizar os Deputados para um evento em prol dessa entidade que vai acontecer no dia 22 de novembro, no Clube Curitibano.

Mais informações estaremos encaminhando, através da presidência desta Casa, aos gabinetes dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero aproveitar a oportunidade, ao tempo em que cumprimento V. Exa., gostaria de pedir, em nome da Mesa Executiva, o apoio de todos os Parlamentares. O Deputado Augustinho Zucchi já se comprometeu lidando o movimento.

Teremos um jantar que custa em torno de R\$ 70 por convite. Acho que os Deputados poderiam aderir a essa campanha com dois convites, porque é uma instituição que atende as crianças com câncer aqui do nosso estado. E o interior inteiro se vale dessa instituição.

Faço aqui um apelo. Vamos encaminhar um pedido aos gabinetes para que cada um possa adquirir pelo menos 2 convites para esse encontro. É um baile, ou um jantar, ou coisa parecida.

Cumprimento o Deputado Ney Leprevost e vou fazer o apelo por escrito a todos os Srs. Deputados.

**Requerimentos**

Requerimento nº 3208, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3215, 3216 e 3217, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Marcelo Rangel e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constantes do expediente de Sessão anterior. **Rejeitados.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na verdade, são 3 requerimentos mais ou menos com o mesmo teor, modificando algumas questões, mas são requerimentos que, na verdade, não são pedidos de informação no sentido de que, certamente,

precisaria do Tribunal de Contas para analisar o volume dos documentos de informação que são requeridos nesses três requerimentos. Nós encaminhamos contrariamente à aprovação desses requerimentos.

Pedimos à nossa bancada que rejeite esses requerimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, o requerimento ora sendo votado não é nada mais, Deputado Elio Rusch, nada menos, do que complementações de informações. Até não chegarem as informações que precisamos, nós não podemos parar. Não é a insistência da falta de informações do Governo que vai nos neutralizar.

Por essa razão, eu apelo aos Srs. Parlamentares que são favoráveis à transparência, para que o Parlamentar possa exercer a sua função de fiscalizador, que votem favoráveis ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vamos votar os 3 requerimentos em conjunto, porque não foi solicitado isso. Um é para a Secretária da Administração, outra para o Chefe da Casa Civil e outro para o Secretário do Planejamento. Nós vamos votar um a um.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de requerer para votar os 3 requerimentos em uma votação única.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se houver acordo entre as lideranças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se o Líder da Oposição concordar, eu também preferiria. São a mesma coisa, na verdade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, se o Líder do Governo encaminhar pela aprovação do requerimento eu concordo com tudo, desde que aprovado. Agora, se for encaminhar da forma como ele encaminhou, inclusive, peço a leitura dos requerimentos para que os Srs. Parlamentares se interessem do pedido de informação. Não tem nada de extraordinário. É normal. É apenas um pouco de exigência de transparência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Sra. Deputada Cida Borghetti para a leitura do requerimento da Bancada da Oposição dirigido à Secretária Maria Marta.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

**(Lê requerimento)**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento lido pela Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária.

Os Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Verificação de votação a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

Vai se proceder à verificar de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezesseis Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

Segundo requerimento que requer pedido de informações ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Queremos, pelas mesmas razões que fundamentamos, pedir que a nossa bancada rejeite o requerimento.

Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para registrar?

**(Assentimento)**

Porque senão amanhã subo na tribuna e depois sou acusado de impropriedades, que acredito que não deveriam ser citadas. Fazer um registro de que o Líder do Governo está encaminhando pela não aprovação do requerimento. Ao não aprovar o requerimento não há transparência e que isto fique entre os Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Vai se proceder à verificação de votação, a pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Quinze Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado.**

Tem mais um ainda da Bancada da Oposição, que requer envio de pedido de informações ao Sr. Secretário Ênio Veneri.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Pelas mesmas razões que fundarei, é impossível. Esses requerimentos são, única e exclusivamente, para poder promover essa discussão desnecessária, diga-se de passagem, mas encaminhamos pela rejeição do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Registro novamente, Sr. Presidente, que o Líder do Governo encaminha pela não aprovação dos requerimentos. Informações essas, Deputado Belinati, que são necessárias para o esclarecimento dos fatos. Justifica-se aqui a carta do Botto, justifica-se aqui que o Governador escondeu-se, não dá explicação, está explicado. Por esta razão, não existe transparência.

E peço o voto dos Srs. Parlamentares favorável ao requerimento. Não há nada de especial nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Dezessete Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Vinte e três Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 3237, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3239, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3240 e 3241, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3242, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3245, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3244, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3251, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3253, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3257, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3258, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3238 e 3256, de autoria do Sr. Deputado Ney Leperevost, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3243, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3247, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3259, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3260, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) **(Pela Ordem)**

Apenas para informar aos Srs. Deputados, em especial à atuante bancada de Ponta Grossa, que o depoimento do Promotor Fuad Faraj, acabei de falar com o Promotor, ficou agendado não para esta quarta-feira, mas para a outra quarta-feira, às 11h da manhã, na sala das comissões.

## **Encerramento da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

## **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 083/04.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/07

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198 e 678/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 677, 688 e 707/07.

Publicações Administrativas:

Levanta-se a Sessão.

Resumo de Pregão Eletrônico

RESUMO DO PREGÃO 012/07				
Protocolo: 6979/07 Data: 10/07/07				
Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo De Pgto
1	Axidata Comércio de Informática Ltda.	Garrafa térmica, arquivos Az e grossa de lápis preto	3.790,00	10.903/07
2	APEM Suprimentos para Informática Ltda.	Cartuchos para impressora HP PSC-1410, código C9351 (21) AL preto 5 ml, original da marca da impressora. Cartuchos para impressora HP PSC-1410, código C9352 (22) AL color 5 ml, original da marca da impressora	3.400,00	10.955/07
3	Axidata Comércio de Informática Ltda.	Caixas de copo plástico para água C180 ml PP, caixa com 3.000 unidades, de acordo com as normas da ABNT; Marca de referência: COPOBRÁS	11.140,00	10.902/07

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 01 de novembro de 2007.

(aa) PAULO CEZAR S.M. PIMPÃO

Pregoeiro

LUCI MARTINS AZEVEDO

MARCELO GONÇALVES CORDEIRO

Equipe de Apoio

R E S O L V E :

a) instaurar sindicância, visando à apurar os fatos narrados no protocolado sob nº 9183/07, que contém comunicação do Diretor de Pessoal sobre faltas de funcionários;

b) designar os funcionários, deste Poder, Hestevard Martin, matrícula nº 40059, como Presidente da Comissão de Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como Secretários José Carlos Pereira Portela, matrícula 574 e como membro, Ruy Carneiro Teixeira Filho, matrícula 40642, assinalando o prazo de quinze (15) dias, improrrogáveis, a partir da data de seu início, para a apresentação de relatório conclusivo, de acordo com a artigo 310 e que deverá responder aos quesitos do artigo 312, da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná);

c) atribuir caráter reservado para apuração das investigações para a preservação dos próprios sindicatos e eventuais servidores envolvidos.

Gabinete da Diretoria Geral, 24.09.07

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Errata:

Estamos republicando a Portaria nº 191/07, pelo fato de ter sido publicada com incorreções, no Diário da Assembléia nº 129/07, de 10/10/07.

PORTARIA Nº 191/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fulcro no artigo 307 e seguintes da Lei nº 6174/70, e no uso de suas atribuições prevista no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 052/84,

